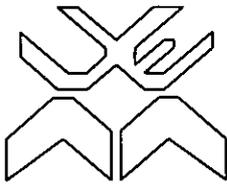


ATO - 58



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

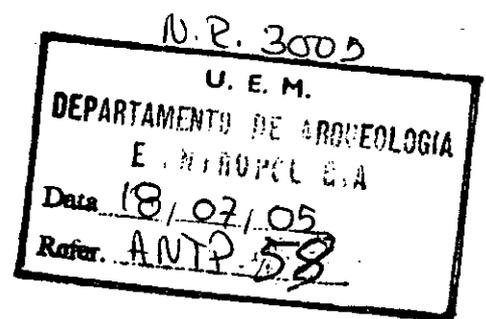
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
(FLCS)**

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Autoridade tradicional e o "chamado" desenvolvimento comunitário: o caso do
posto administrativo de Magude-Sede, no período 1999-2003

Trabalho apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do Grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo
Mondlane.

Autor: Paulo Mucavele Langa
Supervisor: Prof.Doutor. Paulo Granjo
Co-Supervisor: Prof.Doutor.Rafael da Conceição



Maputo, Julho de 2004

Declaração

Declaro que este projecto de investigação nunca foi apresentado, na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas, no texto e na bibliografia, as fontes que utilizei.

Paulo Mucavele Langa
Paulo Mucavele Langa.

Agradecimentos

Quero manifestar os meus sinceros agradecimentos ao Doutor Paulo Granjo, que mais do que um supervisor e orientador foi um amigo que nunca hesitou em "emprestar" a sua rica experiência a um simples "aspirante" a Antropólogo.

Quero também agradecer ao Doutor Manuel Macie pela sua contribuição, principalmente na primeira parte do trabalho, pelas suas constantes chamadas de atenção, que no fundo só me ajudaram a tornar-me mais sério e a trabalhar cada vez mais.

Quero igualmente registar o meu reconhecimento a toda a turma de Antropologia do ano de 1998, com especial referência para o "núcleo duro" (Célio, Sérgio, Unait, Cecília) e claro também ao nosso sociólogo Perengue.

O meu especial reconhecimento se estende a toda a minha família "alargada", com especial referência para a minha mãe, padrasto, irmãos, tios, primos, cunhados e sobretudo ao meu pai social "tio Dinís", sem você este curso seria uma "utopia".

Finalmente o meu sincero "muito obrigado" á Leonor dos Santos, amiga que sempre me deu a maior força mesmo nos momentos mais dolorosos deste trabalho.

Dedicatória

Dedico este trabalho, à memória da minha avó, Helena Mboane (Mwamachavane), já falecida, e que deus a tenha em paz.

Resumo

Após o término do conflito armado que assolou o país por um período de 16 anos, que opunha por um lado o então governo da FRELIMO, e por outro a guerrilha da RENAMO, começou em 1992, no país, uma série de discussões sobre o que se convencionou de chamar de "Autoridade tradicional".

Apesar desta instituição sócio-cultural e política ter sido posta de lado nas agendas académicas logo após a independência em 1975, já em 1992, se considerava que a sua "reposição" seria, em parte, uma das várias alternativas para a solução da enorme "crise social" que na altura o país vivia com especial referência para as comunidades rurais.

Neste trabalho são apresentadas e debatidas as "temáticas" da autoridade tradicional e da participação comunitária, suas diferentes interpretações, evolução, seu quadro teórico e político-ideológico, face aos processos do desenvolvimento em geral e do desenvolvimento comunitário em particular.

Com base na análise de um projecto de desenvolvimento comunitário "concreto", neste trabalho, tecem-se algumas considerações sobre as formas de participação da autoridade tradicional (chefes tradicionais) em projectos de desenvolvimento (comunitário), as suas relações, articulações, manipulações e margens de manobra com os outros actores sociais envolvidos no processo, nomeadamente as ONG's, o governo e as populações beneficiárias do projecto.

O estudo incide sobre duas comunidades rurais do posto administrativo de Magde-sede, nomeadamente as localidades de Facasissa e de Matchabuiane, no distrito de Magde, provincia de Maputo.

Por fim anotamos que tanto em Facasissa bem como em Matchabuiana, há realmente uma certa participação dos chefes tradicionais em programas ou projectos de desenvolvimento comunitário; apesar de ser ainda uma participação em fase "embrionária".

No caso específico do nosso objecto de estudo, (o projecto de desenvolvimento pecuário na Provincia de Maputo), esta participação resume-se fundamentalmente em aspectos tais como: sensibilização e mobilização das comunidades de modo a aderirem às iniciativas ou acções do projecto, indicação por parte dos chefes tradicionais dos locais e períodos para a construção de infra-estruturas do projecto, realização de sacrifícios para o sucesso de tais iniciativas, bem como de cerimónias de inauguração das mesmas infra-estruturas, resolução de possíveis conflitos ou problemas que possam ocasionalmente aparecer no projecto, quer entre os beneficiários do mesmo, ou entre estes e os

implementadores (doadores), e também coordenar e articular a participação de instituições tais como a administração local e outras instituições nas várias actividades relacionadas com o projecto.

O estudo, mostra também, que essa participação é percebida pelos chefes tradicionais como uma tarefa ou actividade que deve ser remunerada, ou seja, os chefes tradicionais, face a estes projectos, participam não só com objectivo de fomentar o bem estar e o desenvolvimento das suas comunidades, mas sobretudo tendo em conta os seus interesses pessoais e situacionais; daí que a sua participação nestas acções de desenvolvimento comunitário seja muitas vezes condicionada ao pagamento de certas contrapartidas sejam elas em dinheiro ou outros bens.

Abreviaturas e acrónimos

AGP- Acordos Geral de Paz

ARPAC- Arquivo do Património Cultural

CEA- Centro de Estudos Africanos

CFM- Caminhos de Ferro de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

MAE- Ministério da Administração Estatal

NDA- Núcleo de Desenvolvimento Administrativo

ONG's -Organizações Não Governamentais

PDD- Projecto de Descentralização e Democratização

PMA – Programa Mundial da Alimentação

PNUD-Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

RAS- República da África do Sul

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

UFICS- Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

Índice

1- Introdução.....	1
2- Justificativa.....	2
3- Objectivos.....	3
4- Revisão bibliográfica.....	4
5- Problemática.....	9
6- Quadro teórico conceptual.....	18
6.1- Conceitos.....	18
7- Metodologia.....	27
7.1- Questão de partida.....	30
7.2- Hipóteses.....	31
8- Breve caracterização do local de estudo.....	31
8.1- Projecto de desenvolvimento pecuário na provincia de Maputo.....	33
8.2- Participação comunitária no processo de desenvolvimento local.....	38
8.3- Será que o projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo é um projecto de desenvolvimento? Porquê ? E em que medida?.....	43
8.4- Autoridade tradicional e desenvolvimento comunitário.....	50
8.5- Relação entre as autoridades tradicionais, ONG's e governo em processos de desenvolvimento comunitário.....	58
9- Considerações finais.....	62
10- Bibliografia.....	65
11- Anexos.....	69

Projecto de pesquisa

Autoridade tradicional e o “chamado” desenvolvimento comunitário: o caso do posto administrativo de Magude-Sede, no período 1999- 2003.

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob o título Autoridade tradicional e o “chamado” desenvolvimento comunitario: o caso do posto administrativo de Magude-Sede, no período 1999-2003, é um projecto de pesquisa para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais/ UEM.

O estudo incide sobre a população rural do distrito de Magude, província de Maputo e mais concretamente em duas localidades do posto administrativo de Magude-Sede, nomeadamente as localidades de Facasissa e de Matchabuiana.

O estudo pretende, contribuir para uma melhor compreensão da questão da participação da autoridade tradicional no processo de desenvolvimento comunitário em geral, procurando compreender a participação da autoridade tradicional (chefes tradicionais) destas localidades num projecto concreto de desenvolvimento comunitário, “o projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo”.

Através da análise das suas lógicas internas, ou seja, os mecanismos de funcionamento e de articulação entre os diversos actores sociais envolvidos no projecto, no período compreendido entre 1999 e 2003.

Para evitar dispersão e por uma questão de método, chamamos a atenção para o facto de que o presente estudo não entrará com profundidade na discussão acerca do processo de legitimação e o lugar da autoridade tradicional no actual contexto sócio-político, por estar fora dos objectivos traçados no presente estudo.

É também importante referir que o nosso interesse neste estudo não é a participação da autoridade comunitária no seu todo, no processo de desenvolvimento comunitário, mas apenas restringe-se à análise do papel dos “ditos”chefes tradicionais (régulos) e seus acessores mais directos (geralmente familiares seus ou membros das linhagens dominantes locais e também membros do conselho dos anciãos), bem como dos camponeses beneficiários das acções do projecto nestas localidades.

O trabalho está estruturado em duas partes distintas, mas complementares.

Numa primeira parte, basicamente teórica, fazemos uma breve introdução ao trabalho em geral onde falamos do nosso objecto de estudo bem como do nosso campo de análise; de seguida, na justificativa, tentamos mostrar a sua pertinência enquanto objecto que nos propomos estudar; mais adiante apresentamos os objectivos orientadores do nosso trabalho, seguidos da revisão bibliográfica, da problemática,

quadro teórico, da metodologia empregue na elaboração do trabalho e por fim levantamos as hipóteses orientadoras do trabalho.

Na Segunda parte, resultante do trabalho de campo, apresentamos em vários capítulos basicamente aquilo que são as principais reflexões em torno das questões-chave do nosso estudo.

Nesta ordem de ideias, começamos por fazer uma breve caracterização do local de estudo e abordamos de forma sucinta o nosso objecto de estudo (o projecto), depois disto abordamos a questão da participação comunitária seguida da reflexão de até que ponto o projecto em estudo é realmente um projecto de desenvolvimento comunitário; mais adiante falamos da questão da participação das autoridades tradicionais neste projecto concreto.

A anteceder a bibliografia, fazemos as considerações finais do nosso estudo.

Contudo é importante lembrar que apesar desta separação, cada parte deve ser vista como complementar da outra para a compreensão do trabalho.

2- JUSTIFICATIVA

A escolha do tema (objecto de estudo) bem como do local não-se prendem apenas com questões de exequibilidade (ou seja com o facto de conhecer bem o local de estudo; o posto administrativo de Magude-Sede e falar fluentemente a língua local- o changana).

A escolha é também justificada pela crescente pertinência que esta temática tem vindo a ganhar no actual contexto sócio- político caracterizado por uma cada vez maior inclusão das forças ou valores locais e neste caso concreto da autoridade tradicional nas problemáticas do desenvolvimento, e em particular do desenvolvimento comunitário.

No caso específico do posto administrativo de Magude-Sede, a escolha prende-se também com o facto deste estar a ser alvo de programas ou projectos de ajuda para o combate à pobreza no pós-Guerra, com a participação de várias ONG's onde está também integrada a autoridade tradicional (chefes tradicionais).

A escolha do objecto de estudo do presente trabalho, tem também a ver com questões de relevância científica; ou seja, embora a temática da autoridade tradicional, já tenha sido abordada por vários autores e em várias obras, como constataremos posteriormente na revisão bibliográfica, grande parte desses trabalhos abordam a problemática da autoridade tradicional associando-a com áreas de estudo tais como: descentralização, seu papel no novo contexto sócio-político, caracterizado por uma democracia multipartidária, sua legitimidade etc.

Contudo, é importante salientar, que são muito poucos os trabalhos que abordam esta temática e sua ligação com o desenvolvimento e mais concretamente com o desenvolvimento comunitário; no que se refere a esta associação foi- nos apenas possível até ao momento registar um projecto de pesquisa, de Forquilha (2001).

Assim sendo, o presente estudo, para além de constituir mais uma reflexão em torno da associação autoridade tradicional e desenvolvimento comunitário, ao se concretizar, ainda que não seja de forma bastante sistematizada em termos científicos, vai contribuir de certo modo como mais um ponto de referência para novos questionamentos, logo de novas pesquisas sobre a autoridade tradicional e o desenvolvimento comunitário.

O estudo também tem relevância científica porque só por si, a ligação entre a autoridade tradicional e o desenvolvimento comunitário de uma ou de outra forma é um exercício que acaba por abarcar áreas extremamente importantes das ciências sociais em geral e da Antropologia em particular.

Ou seja, ao abordar- se a questão da participação da autoridade tradicional em programas ou projectos de desenvolvimento comunitário, estamos implicitamente a tocar em questões viradas às relações sociais em geral e as relações de poder em particular, pois infalivelmente teremos que abordar fenómenos ou dimensões sociais importantíssimas tais como: exclusão/ integração social, afirmação de prestígio; status, lutas de poder, mobilidade social, entre outras.

Relacionar estas duas temáticas implica ainda de uma ou de outra forma, fazer a ligação de várias dimensões ou sub-áreas da Antropologia tais como: o simbólico, o político, o desenvolvimento, etc, o que por si só já constitui um exercício relevante.

Por outro lado, a escolha do período 1999- 2003, prende- se com os seguintes motivos: primeiro porque é o tempo de vida do projecto; segundo porque foi em 2003 que lá estive, mas também por ser uma fase bastante fértil em matérias de programas e projectos de desenvolvimento, pois seguiu- se às cheias de 2000 que provocaram grandes desajustamentos sócio- económicos nas regiões centro e sul, aumentando as necessidades de ajuda para a reposição da estabilidade, principalmente nas zonas rurais.

3 – OBJECTIVOS

3.1- Gerais:

- Identificar e analisar as formas de participação da autoridade tradicional (chefes tradicionais) no processo de desenvolvimento comunitário em geral.

3.2- Específicos

- Tentar compreender como é que os chefes tradicionais encaram os projectos de desenvolvimento comunitário; se pretendem reproduzir aquilo que são as suas percepções e expectativas sobre o desenvolvimento ou apenas pretendem colaborar com os planos e práticas de desenvolvimento das agências de desenvolvimento (doadores) e do governo.
- Analisar as relações que os chefes tradicionais mantêm quer com as suas respectivas comunidades, quer com aqueles que concebem e implementam este projecto concreto de desenvolvimento comunitário, nas localidades de Facasissa e Matchabuiana em particular.
- Identificar o que é que está por detrás desta aceitação mais ou menos pacífica das ordens e das práticas dos chefes tradicionais por parte dos beneficiários do projecto em Facasissa e Matchabuina.
- Avaliar o grau de participação, de articulação e de influência dos chefes tradicionais destas localidades face ao projecto.
- Identificar as experiências de envolvimento dos chefes tradicionais em projectos de desenvolvimento comunitário nestas localidades.

4- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nas linhas que se seguem, procuro fazer um breve mapeamento e explicação do contexto institucional, ideológico, teórico e histórico associado à questão do debate acerca da autoridade tradicional.

O debate acerca da autoridade tradicional, em Moçambique não é novo, ela foi retomado e está, de novo em voga.

Apesar de ter sido posta de lado nas agendas académicas por um período de cerca de dezassete anos (1975- 1992), a questão da reposição da autoridade tradicional voltou ao debate e nos últimos tempos tem sido sistematicamente abordada nos discursos e agendas dos políticos, académicos e até das agências de desenvolvimento.

Todavia, é importante se lembrar que esta questão (autoridade tradicional), só foi posta de lado nas agendas académicas; nas políticas continuou e foi de extrema importância; o “abaixo” ao “poder feudal” que na altura se fazia é um exemplo elucidativo da importância que esta questão ostentava como veremos mais adiante com recurso ao trabalho de Geffray (1991).

A título de exemplo, em 1992, o governo da República de Moçambique, através do Ministério da Administração Estatal (MAE), encomendou um estudo, o primeiro

desde a independência sobre a “ Autoridade tradicional e suas bases de legitimidade”, cujos resultados foram publicados em duas brochuras sob a chancela do Ministério da Administração Estatal (MAE, 1995 e 1998).

Outro exemplo também a destacar é de um outro estudo anteriormente realizado por Geffray e Pedersen no distrito de Erati, província de Nampula, em 1985 a pedido do centro de estudos africanos da UEM e que resultou na publicação, em 1991, da obra “A causa das armas. Antropologia da Guerra contemporânea em Moçambique “.

Este crescente interesse pelo assunto pode ser demonstrado não só pela inclusão desta questão nos discursos e agendas atrás referidos, mas também pelo incremento da produção e publicação de material bibliográfico referente a esta questão como se poderá aperceber ao longo deste capítulo.

No entanto, o culminar das discussões em volta desta problemática dá-se com o reconhecimento da autoridade tradicional por parte do governo, através da integração desta instituição sócio cultural e política na nova constituição do país, mas desta vez sob o rótulo de “Autoridades comunitárias”, através do decreto nº 15/ 2000 de 20 de junho, do Bolentim da República.

Segundo este documento, são autoridades comunitárias os chefes tradicionais, secretários de bairro ou de aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades locais.

Para um melhor enquadramento do nosso objecto, torna-se pertinente rever o que a literatura diz sobre esta temática.

Todavia, parece nos ser uma área relativamente estudada entre nós, razão pela qual existe um número mais ou menos significativo de obras que versam sobre esta temática (autoridade tradicional).

A maior parte dos estudos produzidos no âmbito deste debate, como veremos adiante, aborda a questão da autoridade tradicional na vertente da sua articulação com as instituições do Estado moderno.

Este é o caso por exemplo dos trabalhos feitos pelo grupo de pesquisadores do Arquivo do Património Cultural (ARPAC), que numa primeira fase eram basicamente constituídos por trabalhos de investigação (ou projectos) realizados com propósitos académicos e de preservação da história dos regulados.

Num segundo momento depois do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, o ARPAC já começa a fazer pesquisas questionando o papel dos chamados régulos no processo democrático que o país atravessava.

De uma forma geral, o que se pode dizer sobre os materiais bibliográficos publicados sob a égide do ARPAC é que se nota um salto nos questionamentos que são

colocados para a pesquisa: passa-se de trabalhos meramente descritivos e com carácter retrospectivo (até ao AGP) para trabalhos mais teóricos, em busca de lógicas de funcionamento (principalmente depois do AGP), possibilidades de enquadramento destas estruturas políticas tradicionais na descentalização do aparelho do Estado.

Quanto aos trabalhos feitos pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Desenvolvimento Administrativo (NDA) do MAE, e que resultaram na publicação de dois volumes intitulados "poder e autoridade tradicional", pode se dizer que são essencialmente estudos virados para a questão das autoridades tradicionais, numa altura em que se projectava uma maneira de integrar estas forças políticas tradicionais no aparelho do Estado.

O que se pode constatar nesses trabalhos é que se "questiona" o exercício legítimo do poder dos chefes tradicionais.

O propósito destes estudos do MAE, tinha também uma lógica própria: algumas destas pesquisas foram realizadas no período da Guerra, mas os relatórios dessas pesquisas foram publicados mais tarde em duas obras compiladas e editadas pelo MAE.

ⓐ Nesta onda de publicações, há também a referenciar os trabalhos produzidos no âmbito do projecto de descentalização e democratização (PDD), igualmente do MAE, publicados no livro "tradição e modernidade" Artur (1999).

Como pode se constatar, são três grupos diferentes de pesquisas (o ARPAC; o NDA e o PDD dois dos quais vinculados à mesma instituição; o MAE)

Não obstante este facto, é importante realçar que no que respeita às análises acerca da autoridade tradicional todas elas convergem na ideia essencial, segundo a qual a autoridade tradicional, as instituições e as estruturas do parentesco, as modalidades tradicionais ou não modernas de comunicar, curar, conviver, resolver conflitos, alocar terras, fazer justiça etc, continuam a fazer parte integrante da vida quotidiana das populações ao nível local (comunitário) incluindo os representantes do Estado e administração moderna.

No nosso ponto de vista, a diferença entre os estudos produzidos por estes três grupos reside fundamentalmente na filosofia e metodologia de trabalho empregues; pois enquanto o ARPAC, numa primeira fase optou por trabalhos de investigação (projectos) realizados com propósitos académicos, e mais tarde, depois do AGP passou a privilegiar ou a fazer pesquisas que questionavam o papel dos régulos no processo democrático actual, por sua vez o NDA, preferiu montar uma equipe centralizada; enquanto isso, o PDD, optou por trabalhar com investigadores residentes nas províncias onde decorriam os trabalhos nomeadamente, Nampula, Sofala e Manica.

Geffray (1991), por sua vez, ao analisar as dinâmicas da Guerra terminada em 1992, também aborda a questão da autoridade tradicional; o seu argumento principal é que os chefes tradicionais desempenharam um papel importante na Guerra do ponto de vista de apoio social à RENAMO.

A dissidência dos chefes, relativamente ao controle do Partido-Estado da FRELIMO, representou em muitos casos a dissidência das suas respectivas comunidades.

Grande parte das comunidades rurais sob a liderança dos chefes tradicionais, ter-se-ia transformado, assim em base social da guerra levada a cabo pela RENAMO, em oposição fundamentalmente, às políticas do Partido-Estado da FRELIMO, relativamente ao campo, onde a estrutura da autoridade tradicional tinha sido marginalizada e sistematicamente combatida.

Do ponto de vista da economia agrária, a análise da problemática da autoridade tradicional, incide particularmente sobre o período colonial.

A título de exemplo, Isaacman (1987), no seu artigo "régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime do cultivo forçado do cultivo de algodão em Moçambique, 1930- 1961." analisa o papel desempenhado pelos régulos no processo de acumulação de capital para Portugal, sua relação muitas vezes conflituosa com as autoridades coloniais por um lado e as populações por outro lado.

A posição que os régulos tinham no contexto da máquina administrativa colonial, depois da reforma de 1933, levou a que face, as dificuldades de mão de obra e transporte, a administração portuguesa transferisse o peso da supervisão da produção do algodão dos funcionários estatais para os régulos e outros chefes locais.

Isaacman, (1987, op.cit) mostra que, não obstante o papel desempenhado pelos régulos na produção do algodão, a sua lealdade ao regime colonial não pode ser considerada como unívoca, pois eles não só se ressentiam dos abusos raciais dos portugueses, como também muitas vezes os seus interesses como grupo chocavam com as políticas coloniais.

Além disso, as críticas e pressões das suas comunidades muitas vezes levava-os a ignorar certas ordens e mesmo a protestar contra o regime.

O estudo mostra também que as prerrogativas que os régulos tinham no sistema de produção de algodão levaram ao surgimento da diferenciação social no seio das próprias comunidades.

No tocante ao conflito de terras em Moçambique, particularmente no período do pós-independência, a análise acerca da autoridade tradicional tem-se revelado extremamente pertinente.

E há a destacar dois exemplos importantes : o primeiro é o artigo conjunto de Myers e West (1992), intitulado "Legitimidade política a nível local e a segurança da posse de terra em Moçambique, onde os autores sustentam que a questão da posse e uso da terra encerra em si uma dimensão política que não pode ser ignorada; eles sustentam que as instituições da autoridade tradicional não só devem ser tomadas em consideração, como também devem tomar parte das próprias instâncias de gestão de terras ao nível local.

Quanto á Macie (1987), na análise que faz sobre o actual debate acerca do poder/ autoridade tradicional, este autor identifica três posições a que chama de "visões".

Nomeadamente a visão "optimista", representada pelo NDA do MAE, que considera a autoridade tradicional não só como uma questão relevante e que precisa ser debatida séria e amplamente pelos vários segmentos sociais incluindo a própria população, mas também e sobretudo porque acredita que a restauração desta instituição ajudará a solucionar parte dos problemas que afligem as populações locais.

A visão "pessimista" representada pelo jornalista Albino Magaia que embora não apresente as suas posições de maneira sistemática, nega que o poder/ autoridade tradicional possa desempenhar um papel relevante no actual contexto histórico de Moçambique pelo facto de, no passado, ter sido parte integrante do sistema administrativo colonial.

Por último, o autor apresenta a visão dos "independentes", constituída por autores que embora não discutindo especificamente a questão do poder/ autoridade tradicional como fazem as visões precedentes, nos seus trabalhos sobre Moçambique, consideram que o assunto deve merecer uma ampla discussão; aqui destacam-se autores como Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, Allen Isaacman, Gregory Myers e Harry West.

Apesar de Isaacman tratar da autoridade tradicional no âmbito da economia agrária e Myers e West e Macie no âmbito do conflito de terras, é importante referir que em todos eles a autoridade tradicional acaba sendo visto na sua articulação com o Estado moderno: em Isaacman com o Estado colonial, em Myers e West e Macie com o Estado pós- independência.

Nesta ordem de ideias, pode se dizer que há um ponto de intersecção entre os trabalhos produzidos pelo NDA e PDD do MAE, e os trabalhos de Myers e West e Macie na medida em que, em última análise todos eles procuram ver a relação que existe entre as instituições que podemos chamar de sociedade tradicional e aquelas da sociedade moderna.

Em linhas gerais, no âmbito do estudo actual do debate acerca da autoridade tradicional em Moçambique, consideramos que as discussões estão sobretudo orientadas para a questão da governação, descentralização e democratização como já foi referido anteriormente; a maior parte dos estudos realizados no âmbito deste

debate, situa-se na vertente da articulação da autoridade tradicional com as instituições do Estado moderno.

Deste modo, pensamos, que apesar destas discussões, terem pontos de partida e objectivos diferentes do nosso estudo, elas são de certo modo, limitadas, daí que pensamos, que é altura de trazer outras dimensões para a reflexão, como a dimensão do desenvolvimento, sobretudo do desenvolvimento comunitário, pelo facto de ser particularmente nas zonas rurais onde a autoridade tradicional parece constituir um aspecto integrante do quotidiano da maioria da população.

5- PROBLEMÁTICA

Em 1992, logo após o término do conflito armado que assolou o país por um período de cerca de 16 anos (1977- 1992), iniciou-se em quase todo o país uma série de iniciativas (projectos e programas de ajuda para o combate à pobreza e ao enorme caos social e económico que se vivia em todo o país resultante do conflito armado); a título de exemplo, só no período entre 1981 e 1983, os ataques militares da Renamo saldaram-se na destruição de 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde 900 cantinas rurais, e causaram milhares de mortos e centenas de milhares de dólares de prejuízos á economia Moçambicana (Roesch, 1992: 7).

Estes programas ou projectos, eram na sua maioria executados por organizações não-governamentais e agências internacionais suportadas maioritariamente pelos governos ocidentais.

Talvez pelo facto de grande parte do conflito ter-se desenrolado no contexto rural, a maior parte destes programas foram também orientados para serem implementados no campo.

É importante realçar que o conjunto destas iniciativas que tinham por objectivo a reposição da estabilidade sócio-económica nas zonas rurais ficou conhecida por desenvolvimento comunitário ou rural.

Uma das grandes particularidades destes programas ou projectos de desenvolvimento comunitário, residia no facto ou na premissa de que o desenvolvimento que era por eles preconizado devia ser endógeno; ou seja a população local atingiria-no, se ele surgisse a partir do foro interior de cada uma delas, definindo de forma soberana a sua visão, contando inicialmente com as suas próprias forças e cooperando com as comunidades que partilham os seus problemas e as suas aspirações; enfim, o tal desenvolvimento só seria possível se a população local fosse incluída no processo e em todas suas fases.

Por outra, advogava-se que estas comunidades tinham como condição de base para o seu desenvolvimento a participação da população local na identificação das suas necessidades.

A título de exemplo, uma das pré-condições que na altura se revestia de grande importância às várias ONG's (programas ou projectos de desenvolvimento comunitário) para que se implantassem no país era a de que elas deviam integrar ou colaborar com as forças sociais locais; (por exemplo as autoridades tradicionais), ou seja nas suas agendas de desenvolvimento, as agências de desenvolvimento (ONG's), deviam combinar os saberes e capitais estrangeiros com as capacidades, técnicas e conhecimentos locais bem como as suas especificidades de forma a que o desenvolvimento comunitário não reflectisse apenas a face dos doadores.

A ideia subjacente era a de que, a participação ou integração dos beneficiários nestes processos (projectos ou programas de desenvolvimento comunitário) permitiria que os beneficiários, que são os melhores conhecedores das suas necessidades, potencialidades e circunstâncias de vida, pudessem-se envolver directamente desde o início em todas as acções que visassem o seu próprio desenvolvimento.

Ou seja o sucesso de um programa, projecto ou intervenção e a sua sustentabilidade dependia em grande parte do envolvimento dos agentes beneficiários.

O virtual colapso económico causado pela Guerra muito cedo fez com que o país aumentasse drasticamente as suas necessidades em termos de ajuda externa; Segundo Roesch, "incapaz de conseguir os montantes de assistência externa necessária nos países do bloco do leste, donde tinha vindo anteriormente o grosso da ajuda externa, Moçambique, aderiu ao FMI e ao Banco Mundial em Agosto de 1984, na esperança de obter melhor acesso a linhas de crédito internacionais e, de facto, começou a receber montantes cada vez maiores de apoio externo" (1992: 10).

É neste contexto que a partir dos anos 90 (logo após o AGP) começaram a proliferar em quase todo o país programas e projectos de ajuda ao desenvolvimento, em que estava também incluso o desenvolvimento comunitário.

Todavia, é importante lembrar que esta ajuda externa a nível comunitário, não vinha directamente do FMI e do Banco Mundial, mas sim dos governos e ONG's do ocidente.

Importa também referir que estas iniciativas de desenvolvimento comunitário, levados a cabo por ONG's eram e continuam sendo dos mais diversificados tipos e fins e abrangem diversas áreas tais como: mulher e criança, meio ambiente, pequeno empresariado, desenvolvimento sustentável, alívio a pobreza, participatory rural appraisal (avaliação da participação rural), biodiversidade, auto-emprego, sinergia entre muitas outras referentes ao desenvolvimento comunitário rural.

No âmbito destas preocupações, tal como em muitas zonas rurais do país (distritos e localidades), o nosso local de estudo, (o distrito de Magude), não fugiu á regra, e foi também logo desde o início, alvo destas iniciativas, ou seja começaram a ser

implantados em quase todo o distrito, vários programas e projectos financiados maioritariamente por ONG's e agências internacionais.

São vários os programas e projectos de desenvolvimento comunitário que foram e continuam sendo levados a cabo em Magude.

Apesar do "projecto de desenvolvimento pecuário na provincia de Maputo" constituir o principal foco de interesse do presente estudo, é importante referir que na actualidade esta tendência (implantação de projectos ou programas de desenvolvimento), não parou nem sequer diminuiu, pelo contrário, tem tendência a aumentar cada vez mais; isto é, são vários os programas ou projectos de desenvolvimento comunitário que estão sendo levados a cabo em Magude, com os mais diversificados fins e interesses a destacar por exemplo os seguintes:

O projecto Blue- point¹, que tem por objectivo, a reposição da rede de abastecimento de água potável destruída pelas cheias de 2000; este projecto destina-se fundamentalmente a abertura de furos e fontenários de água e sua posterior entrega à comunidade para seu uso e gestão.

O projecto comida pelo trabalho², que se dedica ao fomento ou incentivo de trabalhos de "pequena escala" tais como limpeza e manutenção de estradas e outros locais públicos tais como: escolas, cemitérios, mercados, e a abertura de vias de acesso com recurso a materiais e mão de obra locais; este projecto tem como recompensa, a distribuição de alimentos após a realização de um determinado número de jornadas de trabalho.

É importante referir que este projecto tem prioridades, ou seja, dá primazia à parte mais carenciada ou vulnerável da comunidade em especial as mulheres e aos idosos.

Como já havíamos sublinhado atrás, o principal foco de interesse e análise deste estudo, é o "projecto de desenvolvimento pecuário na provincia de Maputo"³

¹ - Este projecto é financiado pela Cruz Vermelha Espanhola, tem de entre outros, como principal objectivo a reposição da rede de abastecimento de água potável em Magude, destruída pelas cheias de 2000 que assolaram o sul e centro do país. Em Magude, este projecto teve início no mesmo ano.

² - Este projecto é financiado pelo Programa Mundial de Alimentação e subdivide-se em dois ramos: o projecto de emergência que centra as suas actividades na limpeza, manutenção, abertura de vias de acesso e construção de escolas; e o projecto de desenvolvimento que se dedica ao cultivo e multiplicação de sementes de certas culturas tais como: mandioca, rama de batata-doce, e ananazeiras nas margens do rio Incomati. Este é um trabalho de rendimento e tem por objectivo produzir num período de três meses (período em que o PMA garante alimentos), o suficiente em sementes para o seu uso e possível venda como forma de ultrapassar a crónica crise alimentar que se vive neste distrito.

³ - Este projecto é financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento; para além do repovoamento bovino do sector familiar abrange outras tarefas tais como: reabilitação e gestão pelos camponeses de infra-estruturas rurais (tanques carracidas e pontos de abeberamento), posse da terra pelos camponeses do sector familiar e privatização da rede veterinária. Contudo, o presente estudo pretende apenas focalizar

O objectivo principal deste projecto é o repovoamento bovino do sector familiar, isto é dedica-se à concessão de animais (gado bovino), a título de empréstimo, mediante o pagamento de um certo valor e de uma forma rotativa aos membros da comunidade (beneficiários), do seguinte modo: uma família recebe a título de empréstimo e mediante o pagamento de 1.200.000 mt (um milhão e duzentos mil meticais), duas cabeças de gado (um macho e uma fêmea) e após um determinado período quando estes já tiverem se reproduzido, esta família deve doar a outra família beneficiária face as mesmas condições duas novilhas (macho e fêmea) e ficar com o restante como sua propriedade.

No fundo, a grande finalidade ou objectivo das iniciativas deste projecto, é o de repôr e incrementar a criação e produção do gado bovino, destruída durante a Guerra terminada em 1992.

Uma particularidade a sublinhar, é o facto de constatarmos que em todos os projectos referenciados, a autoridade tradicional faz-se presente, ou seja os chefes tradicionais estão inclusos em todos eles, não apenas como simples participantes como a restante população, mas que eles ocupam posições e papéis relativamente diferentes (superiores) em relação a maioria dos beneficiários do projecto.

Outro ponto também constatado, nesses projectos de desenvolvimento comunitário é o facto de como já anteriormente referimos, exigir-se como uma das condições para a sua implantação e pleno funcionamento, a integração ou inclusão de forças sociais locais, tais como as autoridades tradicionais (chefes tradicionais) no projecto em análise.

Nesta ordem de ideias, é importante lembrar que a autoridade tradicional, e os chefes tradicionais em particular são uma realidade que não pode ser esquecida quando se fala de desenvolvimento local ou programas de combate à pobreza pelo facto destes constituírem um dos elementos mais importantes e com grande influência junto das comunidades, onde muitas vezes a presença e influência do estado pouco se faz sentir.

Nesta ordem de ideias, as autoridades tradicionais (chefes tradicionais), activamente envolvidas no desenvolvimento das suas comunidades, tornam-se uma alternativa organizativa que pode proporcionar serviços que o Estado actualmente não está em condições de prestar, por um lado, por falta de recursos e por outro, por questões que têm a ver com a redefinição do seu papel; permitindo deste modo a constituição de pequenas unidades de desenvolvimento que utilizam estruturas, formas de operar e de organização tradicionais que tem raízes comunitárias.

ou centrar-se na questão do repovoamento bovino do sector familiar. É também importante ressaltar que este projecto na província de Maputo está a ser levado a cabo apenas no distrito de Magude e teve o seu início em 1999.

Nesta altura em que se fala de participação das comunidades no seu auto-desenvolvimento, demonstra-se ser pertinente a inclusão da análise da participação dos chefes tradicionais, que ainda são tidos na maioria da população rural como ponto de referência tanto a nível simbólico, como político.

É também fora de dúvida que neste novo contexto, a autoridade tradicional pode transformar-se num mecanismo de promoção de desenvolvimento comunitário (comunidades rurais), adquirindo uma nova importância, roupagem e dinâmica.

Todavia, concentremos-nos por enquanto, na análise do projecto de desenvolvimento pecuário da província de Maputo que constitui o nosso objecto de estudo.

Tal como os projectos atrás referidos, este projecto, está a ser levado a cabo em várias localidades do distrito de Magde tais como: Moine, Mahele, Pontia, Gonono, Motaze, Panjane, Chivonguene, Mantongomane, Chicutso, etc.

No entanto, para o presente estudo, interessa-nos analisar as dinâmicas e o impacto das acções deste projecto no nosso local de estudo, o posto administrativo de Magde-Sede, mais concretamente nas localidades de Facasissa e Matchabuiane.

Mas afinal, o que aconteceu ou está a acontecer com o projecto de desenvolvimento pecuário nestas localidades?

Como já foi anteriormente referido, dos vários que lá existem, este projecto é um dos mais sérios dentre os já referidos, e isto pode ser justificado em parte pelo impacto, aderência ou grau de envolvimento por parte da população de ambas as localidades face ao projecto.

Mais precisamente, um dos pontos de partida deste estudo, é a constatação de que no distrito de Magde em geral e no posto administrativo de Magde- sede (Facasissa e Matchabuiane) uma das pré-condições para a implantação de qualquer iniciativa de desenvolvimento (programas ou projectos de desenvolvimento comunitário) é a inclusão ou integração das comunidades locais com especial ênfase nos notáveis (autoridade tradicional) na direcção de tais iniciativas ou apenas como simples colaboradores na sua qualidade de representantes locais.

Segundo Micas Flor Mujovo, chefe do posto administrativo de Magde-Sede em entrevista a nós prestada, *soubemos que devido a fraqueza (não reconhecimento e desrespeito) e por vezes até inexistência de pessoal administrativo decidiu-se logo após o ano 2000, altura em que se inicia a reposição da autoridade tradicional neste ponto do país que estes (chefes tradicionais) tinham o dever de trabalhar ou colaborar com qualquer organismo (governamental ou não) em todas as acções ou iniciativas que tivessem por finalidade promover o bem estar das comunidades locais desde que estes estivessem devidamente autorizados pela administração local.*

Conforme soubemos dos nossos informantes privilegiados, nomeadamente o régulo Facasissa (Paulo Verração Cossa) e o régulo Matchabuiana (Serra Alberto Cossa), quando o projecto apareceu nos locais de estudo, ou seja em ambas as localidades, os doadores (franceses) faziam-se acompanhar pelo chefe do posto que lhes apresentou os líderes locais, isto é, o régulo, seus assessores e conselheiros (geralmente membros do conselho de anciãos) e os secretarios de bairro.

Na reunião havida entre o chefe do posto, os doadores e as autoridades locais, deixou-se bem claro que para qualquer assunto que o projecto pretendesse levar a cabo no terreno (locais de estudo), devia trabalhar ou colaborar em primeira instância com as autoridades locais e estes serviriam também de intermediários entre os doadores, os beneficiários (população) e a Administração; as autoridades tradicionais deviam também prestar todo o apoio possível para o sucesso do projecto, ou seja só poderiam contactar a administração caso houvesse impasse ou desentendimento com as autoridades locais (chefes tradicionais).

Nesta ordem de ideias, e como forma de dar início às actividades do projecto, a primeira medida na altura encontrada, foi que cada régulo nas sub- localidades ou bairros do seu regulado, devia indicar um conjunto de pessoas de sua confiança (pessoas influentes na comunidade e seus assessores) e estes em coordenação com o pessoal do projecto formariam as comissões comunitárias que por sua vez encarregar-se- iam de seleccionar ou indicar as pessoas ou famílias que numa primeira fase se beneficiariam do projecto.

É importante ainda referir que estas comissões comunitárias teriam, para além da tarefa de selecção de beneficiários, também a responsabilidade de gestão das infra-estruturas (tanques carracidas) e dos recursos naturais (pastagens e furos de água), controle da implantação e execução do projecto, ou seja, os doadores trabalhariam apenas com as comissões comunitárias e não directamente com os beneficiários.

Apartir daí foram criadas as bases para o início do funcionamento do projecto.

É importante frisar que outra das constatações por nós feita no terreno (local de estudo) era a de que os chefes tradicionais (régulos, seus assessores mais directos e familiares seus influentes ou seja membros das linhagens locais dominantes) eram os que maioritariamente compunham as comissões comunitárias.

Um simples observador atento aos acontecimentos locais, facilmente apercebe-se e capta o elevado grau de influência (apropriação e benefício) do régulo e seus assessores face ao projecto; em tão pouco tempo de vida do projecto (1999 -2003), os chefes tradicionais conseguiram devido a sua forte influência junto ao pessoal do projecto (em especial dos técnicos) adquirir um elevado número de cabeças de gado em relação aos restantes beneficiários (os que não tem nenhuma influência junto ao projecto) isto em ambos os regulados.

Fazendo uma comparação do número de animais conseguidos via projecto entre um simples beneficiário e os beneficiários com certa influência (régulos, seus familiares e assessores) que são os que maioritariamente constituem as comissões comunitárias, nota-se uma diferença abismal, isto é, enquanto os beneficiários "simples" no mesmo espaço de tempo costumam em média ter 7 cabeças caso tenham tido quebras na produção e mais ou menos o dobro caso não tenham tido, os beneficiários "influentes", por sua vez com ou sem quebras de produção, na sua maioria possuem manadas com números que variam entre 50 a 80 cabeças.

É importante referir que o processo de selecção dos beneficiários não era feita de forma aleatória, havia um conjunto de normas ou condições a obedecer tais como: para se ser beneficiário do projecto, não se devia ter mais de 10 cabeças, devia ser alguém que já tivesse trabalhado com animais ou seja alguém que tivesse uma certa experiência na criação de gado, devia ter capacidade de pagamento ou reembolso em caso do não cumprimento das prerrogativas ou do insucesso da iniciativa, devia pagar a quantia de 1.200.000 meticais por cada cabeça no acto da recepção dos dois animais; contudo, estas condições estavam no papel, e eram usadas apenas para vedar o acesso à população comun ao projecto, pois quando se tratasse dos ditos "influentes", isto é régulos, seus familiares e assessores, estas regras ou eram postas de lado e esquecidas ou então manipuladas em seu favor de modo a que eles pudessem aceder aos benefícios do projecto, isto em ambos os regulados.

Pode dizer-se que em Facasissa e Matchabuiana, o projecto de desenvolvimento pecuário criou e continua a criar um processo de diferenciação social entre os beneficiários do mesmo, estando na base dessa diferenciação o grau de influência face ao mesmo; isto é, os beneficiários com influências junto ao projecto (régulos, seus familiares e assessores) e que são também os que maioritariamente constituem as comissões encarregues de coordenar com o pessoal do projecto em várias acções do mesmo, facilmente têm acesso aos animais e por vias mais rápidas e sem precisar de seguir ou esperar os mecanismos normais usados pelos beneficiários comuns.

Este processo de diferenciação social, é também visível ou detectável não apenas no processo de aquisição dos animais, mas também nos processos ou mecanismos de assistência veterinária aos mesmos, ou seja os beneficiários "influentes" devido a sua posição, status e sobretudo influência junto aos técnicos do projecto, conseguem manipular as regras de modo a obter tratamento e assistência veterinária para os seus animais de forma regular e a custos baixos e por vezes a custo zero.

A frequência e o acesso dos animais aos tanques carracidas, pastagens e pontos de água (furos) aparece também como uma forma de diferenciação social entre os beneficiários do projecto; ou seja os que gerem estas infra-estruturas ou recursos indispensáveis ao bom crescimento e reprodução dos animais são as comissões que são maioritariamente compostas pelos beneficiários "influentes" que por sua vez, dão primazia e prioridade de acesso a estas condições aos seus animais e dos seus familiares e só depois aos animais dos restantes beneficiários.

Há casos de famílias que desde que tiveram o acesso aos animais receberam assistência veterinária apenas uma única vez devido a falta de dinheiro.

Se por um lado os custos para a obtenção dos animais junto ao projecto são mínimos, os custos referentes a boa manutenção e boa reprodução dos animais (principalmente assistência veterinária e frequência aos tanques carracicidas), são elevados.

Contudo, os beneficiários "influentes", devido a sua forte influência junto ao projecto (favores e amizade com médicos ou assistentes veterinários) têm as suas manadas regularmente assistidas a preços baixos ou até mesmo sem nenhum pagamento monetário, pois estes por sua vez também tem prestado favores aos primeiros.

Dos favores que os chefes tradicionais por sua vez prestam aos funcionários do projecto, em especial (técnicos ou assistentes veterinários) contam-se os seguintes: concessão de "bons" terrenos para habitação (enormes), agricultura (férteis) ou desenvolvimento de qualquer actividade sem nenhum pagamento; como os trabalhadores efectivos do projecto não podem beneficiar de outras acções do projecto fora ao seu salário, muitas vezes, estes fornecem gado e assistência veterinária, obtida de forma manipulada via projecto aos notáveis, como se o gado todo fosse para o benefício dos chefes tradicionais, quando no fundo há uma posterior partilha entre eles e os que lhes forneceram (técnicos do projecto em particular).

Estes factores só por si já fazem com que uma pequena parte da população (régulos, seus familiares, assessores e membros das comissões) estejam em posições relativamente vantajosas em termos de número de animais e seu estado de saúde e de reprodução; ou seja para além dos beneficiários influentes terem mais animais, os seus animais estão em melhor estado de saúde e reprodução pois recebem assistência veterinária regular e outros cuidados básicos que os animais dos beneficiários "comuns" não recebem ou se tem acesso é de forma bastante irregular.

Este fenómeno social (diferenciação social) joga um papel importante nas relações sociais que-se desenrolam por detrás deste projecto nos dois regulados, pois nesta região o gado bovino significa poder/ dinheiro e em tempos de seca e fome (calamidades) o gado é usado como meio para obter alimentos e outros produtos indispensáveis à sobrevivência da população.

Assim sendo, nestes tempos de crise, a posse pelos chefes tradicionais deste gado reforça ainda mais o seu poder e prestígio.

Nesta ordem de acontecimentos, é facilmente notável dia após dia que a participação ou integração da autoridade tradicional (régulos, seus assessores e familiares) neste projecto, nos regulados de Facasissa e de Matchabuiana, pode, em grande medida funcionar como fonte de fortalecimento do seu poder e aumento da diferenciação/exclusão social dos beneficiários "influentes" em relação à restante população beneficiária do projecto.

Eles usam as suas influências, o seu prestígio, a sua posição relativamente cimeira em relação à restante população, e manipulam as regras e normas do projecto de modo à aceder de forma diferenciada aos recursos (gado bovino) bem como à assistência veterinária e acesso aos tanques carracidas e aos recursos naturais indispensáveis para o desenvolvimento e manutenção dos animais (pastagens e furos de água).

A diferenciação interna no seio das populações camponesas de Facasissa e de Matchabuiana eram verificáveis quanto à posse de terra, meios de produção, e domínio do poder político, contudo, estes fenómenos de diferenciação social existentes nestes dois regulados foram ampliados com a introdução de alguns programas ou projectos de desenvolvimento comunitário tais como o projecto de desenvolvimento comunitário na provincia de Maputo.

Neste caso específico, o gado bovino distribuído por este projecto, para além de constituir um factor de desenvolvimento local (repovoamento ou reposição da rede destruída durante a Guerra), passou também a constituir um factor de diferenciação social nestas localidades .

É fácil constatar que existem grandes diferenças entre os diferentes beneficiários do projecto, ou seja as relações que se estabelecem entre os beneficiários “influentes” e os beneficiários “normais” são desiguais e de dependência, isto é dos segundos em relação aos primeiros.

As relações desiguais que se estabelecem entre os diferentes membros desta comunidade (beneficiários), não foram criadas pela implantação do projecto. Ele vai catalizá-las, ou seja o projecto vai reforçar o poder de uns em relação aos outros; ou seja, aqueles que têm facilidades de acesso aos recursos e conseguem manipular as regras e normas vigentes no projecto, reforçam o seu poder e prestígio em relação aos restantes.

Pode dizer-se que de certo modo, o projecto está a agudizar a diferenciação social entre dois estratos da população camponesa destas localidades; os camponeses pobres e os camponeses relativamente estáveis.

Os chefes tradicionais utilizam as suas influências no projecto (facilidades de acesso aos recursos) e servem-se delas para preservar em grande parte os mecanismos ideológicos do sistema tradicional.

Apesar do projecto ter como pretensão suscitar o desenvolvimento comunitário, convidando a população a participar ou integrar-se nele, a sua participação muitas das vezes é marginal ou faz-se sentir pouco, pois reduz-se muitas das vezes ao seguimento ou cumprimento das decisões de cima (dos chefes tradicionais) que ainda são bastante influentes nestas regiões.

Pode-se dizer que em parte há um respeito “excessivo” à autoridade tradicional por parte da população (restantes beneficiários) e do que podemos constatar de algumas conversas, esta é uma das heranças do período colonial que está fortemente sedimentada na população local.

O projecto, produziu e está a produzir uma série de consequências até certo ponto inesperadas. Agudizou as desigualdades entre os beneficiários (influentes e não influentes), e o acesso diferenciado aos recursos (assistência veterinária, tanques carracicidas, pastos e pontos de água).

Outra prática bastante comum nesta região e que também funciona como um factor de diferenciação social e fonte de aumento do poder dos chefes tradicionais, é o “kuvekela”⁴.

Esta prática, consiste no seguinte: devido ao fácil acesso de recursos tais como assistência veterinária, tanques carracicidas, pastos e furos de água por parte dos “notáveis” (chefes tradicionais), estes solicitam o gado da população carênciada (que não tem acesso ou carece destes recursos, ou ainda tem em pequenas quantidades) de modo a juntar-se ao seu gado e beneficiar de tais condições; contudo eles impõe a seguinte condição: o dono do animal que esteja a usufruir desses cuidados caso seu animal se reproduza deve ceder ao primeiro, uma cria e assim sucessivamente.

Uma vez mais, é fácil notar que torna-se mais uma forma de perpetuar e fazer valer o poder dos chefes e dos seus familiares em relação a restante população beneficiária do projecto.

6. QUADRO TEÓRICO- CONCEPTUAL

6.1 CONCEITOS

A abordagem do nosso objecto de estudo não só exigiu a definição, delimitação de um referencial teórico, como também a clarificação de alguns conceitos que consideramos fundamentais tais como:

Participação

Para GAVENTA e VALDERAMA (1999), o conceito de participação tem vindo a ser largamente usado nos discursos e práticas do desenvolvimento nos últimos 20 anos.

Para eles, fazendo a intercessão dos diferentes significados do conceito “participação”, identificam fundamentalmente 2 tipos de abordagens: por um lado aquela que focaliza a atenção para a comunidade, participação social, e por outro lado aquela que se refere à cidadania, participação política .

⁴ O termo Kuvekela, vem da palavra da língua changana kuvaka que significa guardar

No que respeita aos discursos e práticas de desenvolvimento, a abordagem da participação social é a que tem sido mais usada. Assim, nos finais da década de 70, a participação era definida como sendo os esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e instituições reguladoras, em determinadas situações sociais, por parte de grupos e movimentos, até então excluídos desse controle.

Mais recentemente, o Banco Mundial (1995), definiu o conceito de participação, como um processo através do qual as pessoas influenciam e partilham o controle sobre iniciativas do desenvolvimento, decisões e recursos que os afectam.

PRETTY et al (1995), por sua vez, sustenta que o conceito de participação possui 7 sentidos diferentes, oscilando entre participação passiva, em que as pessoas se envolvem por ouvirem dizer o que vai acontecer, e a automobilização, onde as pessoas tomam iniciativas para melhorarem as suas condições de vida numa forma independente das externas.

Vejamos a tipologia de PRETTY referente à participação no desenvolvimento:

- Participação passiva: as pessoas participam depois de uma informação acerca do que está a acontecer ou já aconteceu.
- Participação em informação: aquela em que as pessoas participam respondendo a perguntas feitas pelos pesquisadores.
- Participação por consulta: as pessoas são consultadas, mas são os peritos estrangeiros (em relação á comunidade) que decidem o que fazer depois da consulta.
- Participação por incentivos materiais: aquela em que as pessoas participam recebendo em troca algum bem material.
- Participação funcional: aquela em que as pessoas participam formando grupos para alcançar determinados objectivos de um projecto.
- Participação interativa: aquela em que as pessoas participam em análises conjuntas que levam a um plano de acção.
- Participação por auto- mobilização: as pessoas participam tomando iniciativa numa forma independente das instituições externas ao seu meio, para melhorar as condições de vida.

Por sua vez, Valá (1998), define participação como sendo “ um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento”.

É um processo que permite aos beneficiários que melhor conheçam as suas necessidades, potencialidades (naturais e humanas), possam-se envolver em todas as acções que visem o seu desenvolvimento.

Como se pode depreender, participação surge como um conceito dotado de diferentes sentidos. Para o presente trabalho, ele é usado na linha da abordagem da participação social, pois dada a sua complexidade, mais do que algo adquirido, alcançado, participação é, em nossa percepção, um processo.

Este processo pressupõe a existência de indivíduos que entram em relação através de múltiplos processos de interacção. Deste modo, a interacção aparece como um elemento fundamental em qualquer participação social enquanto processo.

Assim sendo, para nós participação no desenvolvimento, é acima de tudo um processo de interacção, em que as comunidades envolvidas se esforçam em tomar iniciativas e influenciar a tomada de decisões em todas as etapas dum projecto de desenvolvimento.

Por isso no presente trabalho, usamos o conceito de participação do ponto de vista do processo interativo.

Comunidade

O volume 1 da obra teorias sociológicas (1989), faz referência a distinção feita por Tonnies entre comunidade e sociedade.

Para o autor, comunidade baseia-se em laços de sangue, no sentimento de pertença , na participação espontânea , em oposição à sociedade que se apoia no intercâmbio e racionalidade.

O dicionário de ciências sociais, Birrou (1992), por sua vez, argumenta que em Weber, comunidade tem fundamento no sentimento de “nós”, comunidade é algo em que o comportamento dos indivíduos tem como inspiração num sentimento subjectivo-afectivo ou tradicional.

Casal (1996), no âmbito das mesmas preocupações, define comunidade como sendo um património do grupo- é um território, cuja extensão corresponde à area de influência dos vínculos linhageiros, de solidariedade e de aliança entre grupos que se equilibram reciprocamente... ,os direitos sobre o espaço comunitário materializam-se

através de mecanismos de acesso individual à terra e aos demais recursos naturais, tornados legítimos pela mediação das relações e laços genealógicos reais ou fictícios.

Valá (1998), na mesma esteira, defende que comunidade refere-se a determinado grupo populacional que habita um determinado espaço físico específico, que comunga os mesmos recursos em seu próprio benefício, podendo ter uma forma específica ou não de organização social.

Uma comunidade é um grupo de pessoas que vivem na mesma área geográfica, partilhando, muitas vezes, objectivos, interesses e valores comuns (crenças, costumes, hábitos, língua, representações, artefactos, etc).

Como se pode constatar em Tonnies, Weber, Casal e Valá, o sentimento de pertencer a algum grupo é fundamental na noção de comunidade.

Contudo refere-se a um grupo com uma referência cultural e simbólica comum e que compartilham um determinado espaço geográfico e um conjunto de recursos.

Apesar disso, comunidade pode ser considerada uma identidade heterogênea, pois é composta por indivíduos que estabelecem relações caracterizadas pela existência de conflitos.

Assim sendo, comunidade refere-se a um conjunto de indivíduos que partilhando o mesmo espaço geográfico, recursos e universo cultural e simbólico, têm um sentimento de pertença e estabelecem entre si relações sociais marcadas por conflitos.

É nesta perspectiva que o conceito comunidade é usado neste trabalho.

Desenvolvimento

As últimas duas décadas do século xx, presenciaram um debate intelectual aceso, rico e profundo entre diferentes correntes de pensamento em torno do que à primeira vista nos parece simples e trivial: o que é afinal o desenvolvimento?

Ou seja, nas últimas duas décadas do sec xx, começou a ganhar forma e consistência teórica a ideia de que o crescimento económico não leva necessariamente à satisfação de todas as necessidades de todos os indivíduos.

Dando continuidade a este pensamento, no relatório de desenvolvimento mundial (2000), Wolfensohn considera que nos últimos anos “ o termo desenvolvimento transformou-se num amplo pragmatismo, reconhecendo que o desenvolvimento deve ir além de crescimento económico e incluir importantes metas sociais: redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, maiores oportunidades de melhor educação e de saúde, etc.

A experiência também ensinou- nos que o esforço para o alcance dessas metas devem ser integrados e baseados em processos abertos, participativos e abragentes.

Assim o desenvolvimento não pode ser visto apenas do ponto de vista económico, pois envolve outras dimensões como é o caso da dimensão política, social, cultural, histórica etc.

Assim sendo, o desenvolvimento é um processo complexo, um fenómeno social total.

Casal (1996), observa que o conceito desenvolvimento não deve ser entendido como um fim previsto e induzido, mas apenas como uma experiência, como uma hipótese de um processo que permite às sociedades construir a sua história de mudanças, sem bloqueios, sem involução, sem perder as diferenças.

O relatório da Comissão Sul (1991), por sua vez, define o desenvolvimento como “um processo que torne possível aos seres humanos realizarem o seu potencial, ganharem auto- confiança, e viverem as suas vidas em dignidade e para a plena realização de si mesmos.

O desenvolvimento implica por conseguinte, uma auto- confiança crescente, tanto individual como colectiva.

A base de desenvolvimento de uma nação tem de ser os seus próprios recursos, tanto humanos como materiais, plenamente utilizados e valorizados para satisfazer as suas próprias necessidades.

O auxílio externo pode promover o desenvolvimento, mas, para ter esse efeito, tal auxílio deve integrar- se no esforço nacional e de ser aplicado nos objectivos daquele que se pretende beneficiar.

O desenvolvimento assenta na auto- confiança e tem de ser auto- gerido; sem estas características não pode haver desenvolvimento genuíno.

Contudo, o conceito de desenvolvimento que adoptamos neste trabalho, é o de Sardan (1997) que é fundamentalmente metodológico e de carácter descritivo. Assim, desenvolvimento é uma forma particular de mudança social e designa “ o conjunto de processos sociais induzidos por operações voluntaristas de transformação de um meio social, empreendidas por instituições e actores exteriores a esse meio mas procurando mobilizá- los e repousando sobre recursos e/ ou técnicas e/ ou saberes locais.

Para de Sardan, desenvolvimento não é algo cuja a presença ou ausência é preciso procurar nos grupos alvo. Desenvolvimento existe pelo simples facto de haver actores sociais e instituições que a eles se dedicam investindo tempo, recursos e competências profissionais.

A existência de configuração desenvolvimentista “ é o que define o próprio desenvolvimento”.

Para o autor, configuração desenvolvimentista é o universo cosmopolita de peritos, burocratas, responsáveis de ONG's, técnicos, chefes de projectos, agentes de terreno, que mobilizam ou gerem para o efeito, recursos materiais e simbólicos consideráveis.

Nesta perspectiva, desenvolvimento comunitário, seria o conjunto de processos sociais que visam a transformação dum meio social comunitário rural por forma a se conseguir melhores condições de vida nas diversas áreas: saúde, educação, agricultura, meio ambiente, abastecimento de água, comércio, transportes, comunicações, etc. É neste sentido que é usado o conceito de desenvolvimento neste trabalho.

Poder

Segundo Scott (1994), na história do pensamento social, há fundamentalmente duas concepções distintas de poder que remetem-nos também a dois significados distintos. A primeira denomina-se “seccional”, que vê a existência do poder em todas as circunstâncias em que A afecta B de uma maneira que é contrária aos interesses de B.

Assim o poder é uma relação social que encerra um potencial de resistência, um conflito. Nesta perspectiva, relações de poder são relações assimétricas.

O poder é sob este ponto de vista, um elemento num conflito de interesses “seccionais”. Para Scott pertencem a esta concepção de poder os argumentos de Thomas Hobbes, N. Maquiavel, Max Weber e Robert Dahl.

A segunda concepção de poder é a “ não seccional” que vê a existência do poder apenas e através do processo de legitimação.

O poder é visto como uma capacidade colectiva que emerge da estrutura harmoniosa da organização comun.

Segundo Scott, pertencem a esta concepção: Platão, Aristóteles, Parsons e Hannah Arendt.

Na obra antropologia política (1987), Balandier, faz referência a alguns autores que discutem o conceito “poder”; assim sendo, para Hume, o poder não passa de uma categoria subjectiva; não é um dado, mas uma hipótese que tem que ser verificada. Não é uma qualidade inerente aos indivíduos, antes surge sob um aspecto essencialmente teleológico- a sua capacidade para produzir efeitos, por si próprio sobre as pessoas e sobre as coisas. De resto, é por meio dessa eficácia que é geralmente definido.

Por sua vez, Smith, especifica que o poder é a capacidade de actuar efectivamente sobre as pessoas e sobre as coisas, recorrendo a uma gama de meios que vai da persuasão até à coacção.

Para J. Beattie, na esteira de Max Weber, para quem o poder é a possibilidade dada a um actor, no seio de uma relação social determinada, de estar em condições de a dirigir à sua vontade.

Por fim, o autor sintetiza estas diferentes posições do seguinte modo “de facto o poder – sejam quais forem as formas que condicionam a sua utilização- é reconhecido em todas as sociedades humanas, mesmo rudimentares. Na medida em que são sobretudo os seus efeitos que o revelam...”(1987: 45).

Contudo para o presente estudo interessa- nos a concepção “ seccional” pelo facto de ser a que do ponto de vista teórico, enriquece o debate; ou seja ela considera o conflito e a resistência como elementos importantes nas relações de poder.

Assim sendo, as relações dos chefes tradicionais com as suas comunidades do ponto de vista do poder, são vistas como relações assimétricas, que trazem consigo dimensões de conflito e de resistência.

Autoridade

Na obra Durkheim, Weber e Parsons. Introdução ao pensamento sociológico (1992), Weber ao falar de dominação, deixa transparecer o facto de considerar os conceitos de autoridade e dominação como sinónimos.

Segundo o autor, dominação é a “ probabilidade de encontrar obediência dentro de um determinado grupo para mandatos específicos (ou para toda a sorte de mandatos).

Um determinado grau mínimo de vontade de obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer é essencial a toda a relação autêntica de autoridade.

O dicionário de ciências sociais, Birou (1992), baseando-se também na definição de Weber, considera autoridade “ a probabilidade de obter obediência a ordens precisas emanadas de um grupo importante de pessoas”.

O conceito de autoridade que usamos neste trabalho, tem a ver com a definição de Weber, pois vê na autoridade, tal como no poder o elemento relacional como fundamental. E esta relação é uma construção feita pelos indivíduos nos seus múltiplos processos de interação. Weber, distingue três tipos de autoridade: a legal, a tradicional e a carismática.

Contudo, para o presente trabalho, interessa- nos apenas a tradicional, que segundo o autor, existe quando a sua legitimidade repousa sobre a santidade de ordenações de mando, herdadas de tempos remotos, desde os tempos imemoráveis, acreditando-se nela em virtude de sua santidade.

Nesta ordem de ideias, a autoridade dos chefes tradicionais não encontra legitimidade nas pessoas dos próprios chefes em si, mas na referência ao passado, concretamente aos antepassados, e as funções que tem no seio das suas comunidades.

A ideia de referência ao passado é feita de forma criativa e dinâmica, o que possibilita quer aos chefes, quer as comunidades um recriar dos significados face aos múltiplos contextos em que se encontram inseridos, particularmente no desenvolvimento comunitário neste caso.

tradição

Neste, trabalho recusamo- nos a tratar o tradicional como um conceito “fixo”no tempo , usamo- lo apenas como um conceito operatório que não se opõe ao moderno e nem se coloca no seu limite inferior.

Balandier (1971), considera que o conceito de tradição não pode ser analisado do ponto de vista de oposição á modernidade porque estaria mais a definir um contratipo do que propriamente um tipo sociológico.

Ele apresenta duas acepções do termo tradição.

Tradição como prática social e reguladora de condutas; e tradição como aquilo que determina um tipo de sociedade global ou certos sistemas de relações no seio da sociedade global.

O tradicional não é algo estático, portanto sendo dinâmico tem a capacidade de se apropriar de aspectos actuais da vida comunitária.

Por sua vez, Spiegel e Mcallister (1999), defendem que o conceito de tradição é um recurso retrabalhável, eles mostram que a tradição não é estática, ela é inventada e recriada.

Para eles as tradições evocadas, isto é as práticas e crenças particulares em situações de grandes transformações sociais estão em revisão contínua assim como as imagens do passado que elas trazem à memória.

No presente trabalho, adoptamos a segunda acepção proposta por Balandier por ser a que em nosso ponto de vista melhor qualifica as sociedades chamadas tradicionais ou sectores tradicionais de uma sociedade global.

Nesta perspectiva, a tradição é vista não em oposição à modernidade, mas como algo com uma dinâmica própria e muitas vezes coabitando com a própria modernidade, tornando assim difícil separar o tradicional do moderno.

Nesta ordem de ideias, a autoridade dos chefes tradicionais não encontra legitimidade nas pessoas dos próprios chefes em si, mas na referência ao passado, concretamente aos antepassados, e as funções que tem no seio das suas comunidades.

A ideia de referência ao passado é feita de forma criativa e dinâmica, o que possibilita quer aos chefes, quer as comunidades um recriar dos significados face aos múltiplos contextos em que se encontram inseridos, particularmente no desenvolvimento comunitário neste caso.

tradição

Neste, trabalho recusamo- nos a tratar o tradicional como um conceito "fixo" no tempo , usamo- lo apenas como um conceito operatório que não se opõe ao moderno e nem se coloca no seu limite inferior.

Balandier (1971), considera que o conceito de tradição não pode ser analisado do ponto de vista de oposição á modernidade porque estaria mais a definir um contratipo do que propriamente um tipo sociológico.

Ele apresenta duas acepções do termo tradição.

Tradição como prática social e reguladora de condutas; e tradição como aquilo que determina um tipo de sociedade global ou certos sistemas de relações no seio da sociedade global.

O tradicional não é algo estático, portanto sendo dinâmico tem a capacidade de se apropriar de aspectos actuais da vida comunitária.

Por sua vez, Spiegel e Mcallister (1999), defendem que o conceito de tradição é um recurso retrabalhável, eles mostram que a tradição não é estática, ela é inventada e recriada.

Para eles as tradições evocadas, isto é as práticas e crenças particulares em situações de grandes transformações sociais estão em revisão contínua assim como as imagens do passado que elas trazem à memória.

No presente trabalho, adoptamos a segunda acepção proposta por Balandier por ser a que em nosso ponto de vista melhor qualifica as sociedades chamadas tradicionais ou sectores tradicionais de uma sociedade global.

Nesta perspectiva, a tradição é vista não em oposição à modernidade, mas como algo com uma dinâmica própria e muitas vezes coabitando com a própria modernidade, tornando assim difícil separar o tradicional do moderno.

Assim sendo, tradição pode ser entendida como a manutenção de instituições, quadros sociais e culturais, cujo conteúdo se modifica ao longo do processo histórico e vai incorporando novas significações.

Chefe tradicional

Com a reforma administrativa de 1933 (1933), o governo colonial português incorporou legalmente a autoridade tradicional no sistema administrativo das suas colónias. Assim, o decreto lei nº 23: 229 de 15 de Novembro de 1933 no seu artigo 77º atribui às chamadas autoridades gentílicas o estatuto de auxiliares de administração civil nas colónias.

Segundo Casal (1996), no período colonial o conceito de chefe tradicional, era usado para designar os chefes clânicos ou linhageiros que exerciam funções auxiliares da administração colonial tais como: cobrança de impostos, recrutamento de trabalhadores, manutenção da ordem, ao mesmo tempo que continuavam a desempenhar funções tradicionais que não interfiríssem com os interesses coloniais; uma dessas funções era a de manter a organização sócio- espacial, regulando as relações da população com a terra e os “ territórios” por eles ocupados, fazendo respeitar os deveres e direitos fundiários lá onde o colonialismo ainda não tinha necessidade de os ultrapassar.

Por sua vez, Abrahmsson e Nilsson (1994), argumentam que no país, durante o tempo colonial a chamada autoridade tradicional era sobretudo representada por regedores, denominados “régulos”, e uma outra categoria, mais baixa, era na zona sul do país chamada “cabos da terra”. (...) historicamente o régulo desempenhava também uma função de regulador da utilização local dos poucos recursos naturais de uma maneira que na linguagem dos nossos dias seria chamada de sustentável.

Assim sendo, os chefes tradicionais receberam a designação de régulos e de chefes de povoação, de acordo com a sua posição dentro da estrutura da autoridade tradicional.

Apartir dessa altura, o governo colonial português passou a interferir nos processos de sucessão dos régulos.

É com base nesse pressuposto, que no tempo colonial, apareciam régulos que chegaram ao cargo não por mecanismos de sucessão segundo lógicas da autoridade tradicional, mas, sim através de interferências da administração colonial.

Langa (2000), por sua vez, refere que, em Moçambique as autoridades tradicionais foram adoptadas sob a designação de “régulos”, como forma de manter um controle sobre as zonas rurais; segundo o autor, até 1961, esse controle cingia se na colecta de impostos, imposição da produção de algumas culturas obrigatórias como por exemplo, o algodão e o sisal, e na realização de trabalhos forçados ligados a abertura de estradas, montagem de linhas de caminhos de ferro, etc.

para o autor, alguns destes chefes tradicionais eram mambos da sua zona respectiva ou eram parentes destes, mas outros eram escolhidos pelas autoridades coloniais á revelia das populações locais. O poder destes chefes, para além de atributos tais como pertença a linhagem dominante, a idade (de acordo com a hierarquia familiar), a posse de determinados bens pessoais ou de carácter colectivo, também se mantinha e era legitimada por alguns artefactos simbólicos tais como o fardamento próprio para o régulo e seus assessores, a bandeira colonial hasteada na casa do régulo, o direito de cobrar impostos e de punir os infractores das leis coloniais, entre outras.

No presente estudo, consideramos chefes tradicionais os indivíduos que sendo chefes de linhagem, régulos (chegaram ao poder via administração colonial), chefes de povoações ou de povoação que constituem uma referência simbólica importante em termos de autoridade tradicional nas representações actuais das populações, isto é no actual significado que estes indivíduos constituíram e adquiriram junto das comunidades.

Nesse sentido, consideramos autoridade tradicional (chefes tradicionais), como uma instituição que-se vai criando, recriando e adoptando novas lógicas de funcionamento ao longo do processo histórico.

Contudo, os chefes tradicionais não devem ser vistos como constituindo um grupo homogêneo, pois no seu seio é possível encontrar situações de clivagens, disputas de interesses, conflitos e diferenciação.

Cada um desses agentes sociais tem projectos e interesses muito variados e o processo interativo que estabelecem com as populações sob sua jurisdição também não se dá da mesma forma.

7- METODOLOGIA

O presente estudo sobre “autoridade tradicional e desenvolvimento comunitário”, foi feito com recurso a uma observação (não participante) de uma situação concreta de desenvolvimento comunitário, isto é de um programa, projecto, ou de uma prática de desenvolvimento, identificando actores, recursos, cumplicidades, conflitos, interesses, expectativas- representações, dominações- subordinações, estratégias, dispositivos e manipulações.

O nosso trabalho foi efectuado em três momentos fundamentais, distintos e interligados, a saber: na primeira etapa, cingí- mo- nos a pesquisa documental da bibliografia nas principais bibliotecas da cidade de Maputo, principalmente nas bibliotecas da UEM, nomeadamente da UFICS (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais), da faculdade de Letras, do CEA (Centro de Estudos Africanos), do ARPAC (Arquivo do Património Cultural), do NET (Núcleo de Estudos de Terra/UEM).

Já no distrito de Magude tivemos a oportunidade de consultar alguns dados estatísticos e monográficos referentes ao nosso local de estudo; o posto administrativo de Magude sede (concretamente os regulados de Facasissa e de Matchabuiana) e tivemos acesso a fontes orais com as quais fizemos um posterior cruzamento com as fontes escritas de modo a obter informações mais próximas da realidade do nosso objecto de estudo.

Na segunda etapa, tivemos o primeiro contacto com o terreno (trabalho de campo), ou seja foi a fase exploratória do terreno e nessa ordem de ideias e de acordo com os objectivos anteriormente preconizados para a recolha de dados privilegiamos os métodos qualitativos, isto é, accionamos a observação não participante⁵, combinada com entrevistas não estruturadas e conversas informais, pois sabemos que a observação etnográfica não se limita apenas aos discursos mas também às práticas sociais.

A escolha dos métodos qualitativos em detrimento dos quantitativos no presente estudo, teve a ver no fundo com a natureza do nosso objecto de estudo e sobretudo com os objectivos anteriormente traçados.

Optamos por estes métodos fundamentalmente porque ao contrário dos métodos quantitativos, eles buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos; aspectos que, por sua natureza qualitativa não são padronizáveis como os quantitativos, obrigando muitas das vezes o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de colectá- los e analisá- los.

Ao optarmos pelos métodos qualitativos neste trabalho, tentamos buscar o significado dos fenómenos que observamos ou seja a explicação, compreensão e interpretação da realidade que constitui o nosso objecto de estudo e neste caso específico da problemática da participação ou envolvimento da autoridade tradicional no processo de desenvolvimento comunitário como um todo, e mais concretamente da participação dos chefes tradicionais em programas ou projectos de desenvolvimento comunitário no posto administrativo de Magude- sede.

Ao privilegiarmos os métodos qualitativos neste estudo, pretendemos ainda mostrar que preocupamo- nos mais com factores e causas e não com números ou percentagens, ou melhor o estudo preocupa- se fundamentalmente em espelhar as percepções e reflexões em volta do assunto e não com números ou dados estatísticos.

A Fase exploratória do terreno (trabalho de campo), foi realizada em 10 dias, nos dois locais em estudo; as localidades de Facasissa e de Matchabuine, no posto administrativo de Magude- sede.

⁵ Existe uma diferença substancial entre observação participante e não participante. A primeira pressupõe que o investigador se integre e participe activamente nos afazeres do quotidiano do grupo como se fosse membro deste; a Segunda implica a presença do investigador em algumas ocasiões e contactos com o grupo, mas sempre como um visitante, sendo, também assim tratado

Neste processo, entrevistamos cerca de vinte 20 indivíduos de ambos os sexos e de todas as faixas etárias, nomeadamente jovens, adultos e idosos.

Usamos entrevistas semi- estruturadas (individuais e colectvas), conversas formais e informais com algumas personalidades do distrito e do posto: Director distrital de educação, Chefe do posto, Juiz comunitário do posto administrativo de Magude-Sede; bem como com os régulos de Facasissa e de Matchabuiane.

Contudo é importante salientar que o nosso grupo- alvo ou seja o nosso objecto de estudo, é fundamentalmente constituído pela população camponesa beneficiária do "projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo" em ambas as localidades, nomeadamente os beneficiários "influentês" (régulo, seus familiares e assessores, que geralmente constituem as comissões comunitárias), os beneficiários "comuns" (geralmente compostos por camponeses sem nenhuma influência junto ao projecto) e finalmente o pessoal do projecto (técnicos, assistentes, etc).

A terceira e última fase do nosso trabalho consistiu na análise e interpretação dos dados e sua confrontação com as fontes bibliográficas mas privilegiando sempre a análise qualitativa dos dados, através da descrição e interpretação das informações provinientes das entrevistas e da literatura consultada.

Como pretendemos desenvolver o presente estudo a partir de um estudo de caso, abordá- lo sob uma perspectiva de uma "situação social" pareceu-nos a forma mais apropriada de explicá- lo e descrevé- lo.

O presente trabalho teve como base teórica a *análise situacional* proposta por Gluckmam e Van Velsen (1987), que foi combinado com o método histórico de Boas, extraído da obra conjunta de Lakatos e Marconi (1999).

O conceito de situação social por eles proposto é central para o presente estudo ; ambos defendem que os pressupostos fundamentais da análise situacional são :

- As normas sociais não constituem um todo coerente, pelo contrário elas são vagas e discrepantes.
- Este facto permite que os membros da sociedade possam manipular as normas no sentido de favorecer os seus proprios objectivos sem necessariamente prejudicar a sua estrutura aparentemente duradoura de relações sociais.
- Daí que a análise situacional dê ênfase ao estudo das normas em conflito e ao estudo dos processos em mudança social.

Assim sendo nesta perspectiva, "situação social" pode ser entendida como o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisando e comparando noutras ocasiões.

Com base nestas constatações pode se perceber o seguinte: primeiro, que os indivíduos em situações diversas estão constantemente a negociar, recriar, reinterpretar as normas, e regras de conduta da sua comunidade.

Neste sentido, estamos perante uma escolha situacional, em que os indivíduos, em qualquer situação, seleccionam uma variedade de relações possíveis de comportamentos que considera que melhor servirão aos seus objectivos num determinado espaço e tempo . e essas relações e normas seleccionadas, segundo Van Velsen, podem provavelmente variar com referência aos mesmos indivíduos de uma situação a outra bem como com referência a situações similares de um indivíduo a outro.

Segundo, tem a ver com o facto de que os fenómenos a observar ou analisar, devem ser vistos como fenómenos sociais totais pelo facto de encerrarem em si várias dimensões.

Nesta perspectiva , os chefes tradicionais, no processo de desenvolvimento comunitário têm de ser vistos como actores que realizam escolhas situacionais.

Eles são actores que em certas circunstâncias do processo de desenvolvimento comunitário, fazem um uso maior ou menor das normas que se ajustam as necessidades de situações específicas do desenvolvimento.

Assim sendo, os chefes tradicionais no uso das suas influências, podem manipular o seu status, as suas funções e sua imagem e esta mesma manipulação pode por sua vez levar a criação, recriação, reformulação, reinterpretação, quer do status e funções, quer da própria imagem do chefe tradicional.

A análise situacional neste trabalho é combinada com o método histórico proposto por Franz Boas; este consiste em investigar acontecimentos, processos, e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois, as instituições alcançaram a sua forma actual através da alteração das suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciados pelo contexto cultural particular de cada época .

Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que actualmente desempenham na sociedade deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Assim sendo, a autoridade tradicional (chefes tradicionais), é uma instituição do "passado" e que ao longo de várias épocas foi sofrendo diversas alterações; actualmente, ela desempenha certos papéis e exerce uma dada influência em situações concretas, como no caso do presente estudo (desenvolvimento comunitário).

7.1- PERGUNTA DE PARTIDA

Até que ponto os chefes tradicionais, como intermediários no processo de desenvolvimento comunitário se relacionam com os doadores, a comunidade, e como é que tem conseguido legitimar a sua posição e aumentar os seus benefícios e privilégios?

7.2- HIPÓTESES DE TRABALHO

- Face a um projecto de desenvolvimento comunitário, em que interagem vários actores sociais (chefes tradicionais, camponeses, técnicos e agentes do projecto), os chefes tradicionais na sua qualidade de intermediários no processo, adoptam estratégias, alianças e margens de manobra de forma a aumentar os seus privilégios, benefícios materiais, prestígio e poder.
- Num projecto de desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais manipulam o projecto, isto é, usam as suas influências e poder junto ao projecto de modo a aproveitar o máximo possível dos recursos e oportunidades oferecidas pelo projecto para fins e objectivos pessoais e dos seus familiares e não da maioria dos beneficiários.
- Face a um projecto de desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais enquanto actores sociais e participantes de especial referência para a maioria da população rural, desenvolvem mecanismos não só para aumentar os seus benefícios e privilégios materiais, mas adoptam também um conjunto de mecanismos para aumentar o seu status, poder e sobretudo para serem bem vistos pela população.
- Face a um projecto de desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais desenvolvem um duplo trabalho ou esforço: isto é, por um lado adoptam estratégias e manipulam o projecto de modo a aumentar os seus recursos e oportunidades, mas por outro lado adoptam acções e estratégias de modo a preservar a sua boa imagem (de pessoas bastante activas que tudo fazem para o bem das suas comunidades) e poder no seio da comunidade.

8- BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Por insuficiência de dados escritos sobre a região, tivemos que recorrer quase que exclusivamente a alguns dados disponíveis na administração do distrito bem como ao perfil de desenvolvimento distrital do distrito de Magude (1997).

O distrito de Magude localiza-se no norte da província de Maputo, e consiste em cinco postos administrativos – Mahele, Mapulanguene, Motaze, Panjane e Magude- sede (a capital), com dezassete localidades, dentre as quais contam-se também Facasissa e Matchabuiana.

Segundo informações colhidas em conversas com o chefe do posto, habita no distrito maioritariamente um grupo étnico; os changana (maioritariamente da linhagem dominante COSSA). O volume 1 da história de Moçambique (1988), enfatiza bem este aspecto quando refere que: (...) a maior parte das populações do vale do limpompo e os Cossas de Magude estavam incluídos no grupo Mabalundlela.

Por isso são ainda hoje conhecidos por Changana que originalmente significava apenas "súbditos ou povo Sochangana" (133).

As instituições governamentais representadas quase todas na capital, incluem as direcções distritais de agricultura e desenvolvimento rural, de educação, do plano e finanças, de obras públicas e habitação, da coordenação da acção social, da cultura e da juventude e desportos.

Para além destas instituições ainda existem o registo civil, a polícia, o tribunal, os correios, e as empresas públicas de caminhos de ferro, telecomunicações e de electricidade.

Como complemento dos órgãos locais do estado, estão também presentes no distrito as autoridades tradicionais, representadas por régulos e chefes de terras.

Fora a outras actividades, o seu papel é de maior relevo na mediação de conflitos dentro da comunidade.

O distrito de Magude mantém ligações com outros distritos e províncias do país; embora a maior parte da produção local seja transacionada nos mercados locais e em Xinavane (idem).

Contrariamente à sede distrital (zona da vila), onde existe uma grande concentração populacional, as localidades de Facassisa e de Matchabuina são caracterizadas por uma população relativamente dispersa.

A população total do distrito é de 42.788 habitantes dos quais 33.223, habitavam em Magude- sede conforme pudemos constatar do último censo populacional (1997).

Não nos foi possível obter dados estatísticos referentes à população de ambas as localidades, mas pelo que podemos observar facilmente se conclui se que são muito despovoadas.

Ambas as localidades são predominantemente rurais, sendo a agricultura familiar a principal actividade económica; as principais culturas são: o milho, feijão- nhemba, amendoim, mandioca e as hortícolas (pdd;1997).

Segundo fontes da administração, como actividades secundárias (complementares) existe a criação de animais domésticos para o consumo familiar (porcos, cabritos, galinhas e coelhos); contudo, os cabritos, porcos, e o gado bovino são também comercializados.

A existência de extensas áreas de pastagens, constitui a principal potencialidade para o fomento pecuário neste distrito, enquanto que a falta de reprodutores é a principal limitação; outras limitações são: a falta de dinheiro, as doenças e a inexistência de serviços de extensão veterinária.

8.1- PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO NA PROVÍNCIA DE MAPUTO

O projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo é um projecto de desenvolvimento comunitário que na província de Maputo, está sendo apenas levado a cabo apenas no distrito de Magude.

Começou a ser implementado em 1999 e tem o financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento.

Tem dentre outros, como objectivos fundamentais os seguintes: repovoamento bovino do sector familiar, reabilitação e gestão pelos camponeses de infra- estruturas rurais (tanques carracidas, e pontos de abeberamento), posse da terra pelos camponeses do sector familiar e privatização da rede veterinária.

Contudo, é importante ressaltar que o presente estudo pretende centrar as suas análises na questão do repovoamento bovino do sector familiar.

Para além de Facasissa e Matchabuiana, nossos locais de estudo, este projecto abrange outras localidades de Magude tais como: Moine, Mahele, Pontia, Gonono, Motaze, Panjane, Chivonguene, Mantomangomane e chicutso.

Como já havíamos referido atrás, o objectivo principal deste projecto é o repovoamento bovino do sector familiar, isto é dedica -se à concessão ou distribuição de animais (gado bovino), a título de empréstimo, mediante ao pagamento de um certo valor e de uma forma rotativa aos membros da comunidade (beneficiários), do seguinte modo: uma família recebe mediante o pagamento de 1.200.000 meticais, duas cabeças de gado (um macho e uma fêmea) e após um determinado período, quando estes já tiverem se reproduzido, esta família deve doar a outra família beneficiária face as mesmas condições duas novilhas (macho e fêmea) e ficar com o restante como sua propriedade.

No fundo a grande finalidade ou objectivo das iniciativas deste projecto, é o de repôr e incrementar a criação e produção destruída durante a Guerra recentemente terminada.

Esta iniciativa (projecto de desenvolvimento comunitário), tal como outros que foram e estão sendo implementados no país por diversas instituições (ONG's) nacionais e estrangeiras, financiadas maioritariamente por doadores ocidentais, enquadra se no contexto da ajuda que o país solicitou ou se viu obrigado a solicitar como forma de minimizar o enorme caos social, económico e político que o país vivia logo após o fim do

conflito armado que opunha o governo da Frelimo e a Renamo , que só terminou 16 anos depois.

Nesta onda, e ainda com o mesmo objectivo, redução e eliminação da enorme crise social, política, económica que assolava o país nos anos 80, vão emergir apartir dos anos 90, altura em que entra em vigor a nova constituição, que criou um ambiente favorável ao desenvolvimento do movimento associativo, as chamadas ONG's

Na sua maioria essas organizações constituíram se com com o objectivo formal de colmatar os deficits da actuação do Estado nas diversas áreas bem como promover a organização e participação das comunidades rurais nos processos de desenvolvimento.

É neste contexto que em 1999, vai aparecer em Magude o projecto de desenvolvimento pecuário na provincia de Maputo. Uma das justificações que se tem dado para a escolha de Magude numa provincia que tem 8 distritos, é o facto deste distrito ter sido no passado uma referência em termos de criação de gado bovino por parte do sector familiar.

Magude para além de ter sido também um grande fornecedor de carne bovina pela empresa Chobela, lá sediada, tinha também grande parte da sua produção oriunda essencialmente do sector familiar, apesar de ambos os sectores terem sido drasticamente destruidos pela Guerra.

O coordenador do projecto em Magude, o engenheiro Eric Granry, referiu que como forma de dar e garantir integração do projecto e dar um aspecto que não reflectisse apenas a face do doador, logo de início este projecto tal como outros com o mesmo fim, procurou logo de início integrar nas suas acções aquilo que são as "forças" ou "saberes" locais que de outra forma e incorrendo numa linguagem "desenvolvimentista" podemos chamar de participação comunitária.

Depois de consultas e conversas com os locais (chefe do posto, chefes tradicionais e a população em geral), os doadores concluíram que neste local tal como em muitas zonas rurais de Moçambique, a participação é feita via autoridade tradicional ou chefes tradicionais que tem grande influência a nível político, social e simbólico na vida da maioria destas comunidades. Foi assim que o projecto passou a incorporar a componente autoridade tradicional (chefe tradicional).

Outro aspecto que fez com que esta componente ficasse definitivamente integrada no projecto e ganhasse corpo, foi o facto de na altura da sua implantação no terreno, os órgãos administrativos locais terem colocado como condição de base para o funcionamento do mesmo a sua coordenação ao nível de base somente com as autoridades tradicionais (chefes tradicionais), e que só no caso de impasse se deveria contactar a administração local.

Os primeiros passos do projecto no terreno foram os que tinham a ver a sua sua integração.

Nesta fase basicamente tinha que se explicar aos locais (a comunidade em geral apartir dos chefes tradicionais até ao beneficiário) o que é que realmente o projecto pretendia fazer e como pretendia desenvolver as suas acções e sobretudo saber também da parte dos mesmos locais que tipo de participação é que queriam ou esperavam.

Neste sentido, foram realizadas algumas reuniões comunitárias com a participação da população (futuros beneficiários), chefe do posto e seu pessoal bem como os chefes locais (régulos e seus assessores) onde foram estabelecidas as regras de funcionamento e de articulação do projecto.

Segundo o cordenador do projecto a priorização das comissões neste projecto tem no fundo a ver com o facto de o projecto não querer se envolver directamente nos problemas das comunidades, e também por querer até certo ponto manter uma certa imparcialidade e transparência no processo de distribuição dos animais; ou seja: para ele, quanto menos o projecto interferir na vida das comunidades (no sentido de organização) melhor reflectirá o seu grau de transparência (das suas actividades)..

O passo seguinte foi o da selecção dos beneficiários do gado do projecto, antecedido da formação das respectivas comissões comunitárias (geralmente constituídas pelas pessoas mais influentes da comunidade, tais como o régulo, seus familiares e assessores) que por sua vez fazem a selecção dos beneficiários que irão receber os animais.

É importante lembrar que o acesso a este projecto de desenvolvimento comunitário nestas duas localidades, tal como a outros que preconizam os mesmos objectivos e dispõem de recursos que podem levar a riqueza, realização e prestígio, não é um processo pacífico.

Neste caso concreto, logo de início, os melhores posicionados (beneficiários influentes) começaram a manipular o projecto de várias formas de modo a aumentar os seus benefícios em relação aos restantes beneficiários, usando para tal as suas influências junto aos homens do projecto (técnicos, assistentes veterinários, etc) e das próprias comunidades.

Os régulos, seus familiares e seus assessores maioritariamente membros das comissões através de critérios e mecanismos diferenciados e "informais" ao projecto (manipulações, entre outros) começaram a obter cabeças de gado via projecto em quantidades superiores em relação aos restantes beneficiários como bem se aperceberá no capítulo que trata especialmente da participação dos chefes tradicionais neste projecto de desenvolvimento.

Fora isto, há a acrescentar o facto de o próprio fornecimento da assistência veterinária, pastos, tanques carracidas e pontos de abeberamento terem sido também manipuladas e viciadas por estes beneficiários influentes em detrimento dos restantes, daí que logo de início se visualisava uma relativa diferenciação nos beneficiaries, isto é por um lado encontravam se os "influentes" com manadas enormes e regularmente assistidas em termos de medicamentos, pastagens, tanques carracidas e água, muitas vezes a preços

baixos ou até mesmo a custo zero, enquanto por outro lado, com os beneficiários “normais” a situação é totalmente contrária.

É importante lembrar que existem critérios e condições que precisam ser satisfeitas para que se possa ser beneficiário do projecto tais como; não se deve ter mais de 10 cabeças, deve-se ser alguém que já tenha trabalhado com gado, ou seja alguém que tenha uma certa experiência na criação de gado bovino, ter capacidade de pagamento ou de reembolso em caso de não cumprimento com as condições ou do insucesso da iniciativa, deve-se pagar a quantia de 1.200.000 mt (um milhão e duzentos mil meticais), por cada cabeça no acto da recepção dos animais.

Contudo estas condições estavam apenas no papel, e eram usadas apenas para vedar o acesso à população “comun” ao projecto, pois quando se tratasse dos ditos “influentes”, isto é régulos seus familiares e assessores, estas regras ou eram postas de lado e esquecidas ou manipuladas em seu favor de modo a que pudessem aceder aos benefícios do projecto, isto tanto em Matchabuiana como em Facasissa.

A título de exemplo e como forma de dar ênfase a este aspecto, o capítulo reservado à questão da participação da autoridade tradicional neste projecto terá dados elucidativos acerca desta questão.

Como vimos, apesar de existirem regras ou normas orientadoras do processo de beneficiação dos recursos que o projecto punha à disposição de todos, estas regras são postas à parte e um certo grupo de beneficiários irá desenvolver mecanismos “extras” para ter acesso a maior parte dos recursos que o projecto de início punha à disposição de todos; através da prestação de favores aos homens do projecto, e outros mecanismos, um grupo de beneficiários vai acumular gado, logo riqueza. O projecto podia e é usado pelos “beneficiários influentes” para a realização de fins privados às expensas dos outros “beneficiários comuns”, por exemplo beneficiando-se individualmente de bens que deveriam ser desfrutados coletivamente.

Assim sendo concordamos com Turner (1957), quando afirma que os indivíduos manipulam, criam e tomam atitudes aparentemente inovadoras, mas que um sistema social já possui em si, mecanismos e códigos de reconhecimento e interpretação dessas acções, desse modo sugerindo que a própria manipulação já estaria socialmente cerceada pelo sistema social que o indivíduo advoga “iludir”.

Quanto aos beneficiários das conversas tidas, foi possível constatar que fora o facto de haverem pequenos desentendimentos e rivalidades por haver os que tiram grandes proveitos do projecto (beneficiários influentes) em relação aos outros (beneficiários comuns), todos são consensuais na ideia de que o projecto está a responder àquilo que são realmente as suas expectativas, que no fundo se resumem em primeiro ter gado, o que antes não era fácil devido aos altos preços; segundo ter acesso não só à assistência veterinária para o mesmo gado, mas também às infra-estruturas (tanques carracidas), bem como pastagens e pontos de abeberamento que são controlados pelas comissões.

Quase todos os beneficiários (influentes como não), referem que o projecto só trouxe benefícios, pois trouxe uma fonte de rendimento extra para as famílias, ou seja defendem que o projecto apesar de ter pequenos problemas de ordem organizacional está a caminhar bem e deveria abranger um cada vez maior número de beneficiários.

Quanto à questão dos conflitos ou possíveis rivalidades entre os beneficiários "influentes" e os "comuns", resumem-se apenas em reclamações ou denúncias locais que pelos vistos nunca chegam aos ouvidos dos doadores; estas reclamações nunca chegam a atingir o nível de conflito, terminam em conversas ao nível local (da comunidade).

Apesar de ser notória a diferenciação entre os dois tipos de beneficiários, parece haver uma espécie de conformismo com esta hierarquização por parte dos beneficiários "comuns" que mesmo sabendo da sua situação, aparentemente se conformam com o que os primeiros lhes impõem; esta diferenciação é facilmente visível pelo número de animais que um beneficiário "influyente" possui em relação a outro "comun". A título exemplo: o régulo de Facassisa contava na altura que com ele conversamos com com aproximadamente 90 a 100 cabeças, mas na mesma altura na sua localidade havia beneficiários que tinham entre 10 a 15 cabeças.

O aparente respeito que as populações nutrem em relação às autoridades tradicionais (chefes tradicionais) bem como das linhagens dominantes, associadas ao difícil acesso aos doadores do projecto (franceses) visto que as pessoas do projecto a que muitas vezes eles têm possibilidade de contactar (acesso) são os funcionários moçambicanos, e temendo talvez possíveis sanções por parte destes, em caso de denúncias de certas irregularidades ou manipulações são talvez alguns factores que possam estar na origem deste aparente conformismo.

É importante referir que após a devolução dos animais emprestados, a ligação com o projecto não termina.

Contudo ela reduz de intensidade pois o beneficiário, passa a cuidar sozinho dos seus animais e se quiser receber qualquer ajuda ou apoio do projecto será mediante o pagamento de certos valores, enquanto que na fase em que o beneficiário tem ainda em mão os animais do projecto, grande parte do cuidado e apoio é garantido via projecto .

Daí que a grande ligação ou o período em que os beneficiários tem maior ligação com o projecto é mais na primeira fase, mas mesmo depois desta há uma ligação ou controle só que menos regular e mais dependente do próprio beneficiário pois o projecto já não controla os animais, (são privados).

O mesmo acontece com o destino que os beneficiários pretendem dar aos seus animais. O projecto não quer sequer saber, bastando para eles que cumpram com todas as condições com eles acordadas, o destino e a aplicação do seu produto é da escolha e responsabilidade do proprietário (neste caso o beneficiário).

8.2- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Se há conceitos controversos no âmbito das ciências sociais e das problemáticas de desenvolvimento, se há palavras que tenham sido utilizadas com significados tão diversos, por vezes mesmo contraditórios, se há enfim, questões capazes de levar a acções de natureza e fins tão diferentes- um desses conceitos, palavras ou questões é a Participação Comunitária (Valá, 1998).

Participação comunitária é um termo ou conceito que nos últimos tempos tem vindo a ganhar campo (espaço) no seio da comunidade académica, e tem visto o seu uso a expandir- se no panorama das ciências sociais no geral e da antropologia em particular.

Contudo, é importante referir que esta ideia de participação comunitária em processos ligados ao desenvolvimento não é nova, como bem mostra Valá citando Bisiliat et al (1997); segundo o autor, actualmente a participação comunitária tem sido cada vez mais aceite como parte indispensável do processo de desenvolvimento; não obstante, não é um conceito ou preocupação nova (idem).

Para ele, essa aspiração tem sido defendida desde o passado sob diferentes “bandeiras”. Segundo o autor, dentro de uma perspectiva histórica, pode dizer- se que a ideia emergiu de uma variedade de campos e fontes como bem se esforça por mostrar: já nos anos 30 nos EUA, se identificava o desenvolvimento da comunidade local como um dos pilares do “cooperative extension service” e com o “new deal”, em programas de reabilitação rural, prestação de serviços múltiplos às comunidades e assistência social conduzidos por sociólogos e antropólogos rurais; a abordagem do desenvolvimento das comunidades dos anos 40 e 50; o movimento francês “animation rurale” dos anos 50 e 60; o modelo chinês de desenvolvimento rural (1998:2).

É importante referir que participação comunitária não é um termo ou conceito “pacífico”; pelo contrário é bastante polémico, pois encerra em si variadas dimensões (perspectivas) e significações que só se torna perceptível quando tomado em consideração o contexto em que é aplicado. Participação comunitária, tal como outros termos ou conceitos ligados ao discurso do desenvolvimento, (como por exemplo: sociedade civil, desenvolvimento sustentável, auto- emprego, alívio á pobreza, etc), pode até certo ponto também ser considerado como fazendo parte das “modas” de desenvolvimento nas palavras de Negrão (1998) , ou mais um chavão dos discursos desenvolvimentistas nas palavras de Couto (2003) .

Mas afinal o que é participação comunitária ? Como é que ela é percebida e construída em Moçambique?

São vários os trabalhos e os autores que abordam a problemática da participação comunitária, com destaque para os trabalhos de Valá (1998) já referenciado no capítulo da revisão da literatura, e Chichava (1999)⁶, entre outros.

Não obstante as abordagens já referidas, em torno da questão “participação comunitária”, no fundo parece ser consensual a ideia que considera participação comunitária como sendo a promoção de uma maior participação das comunidades no seu próprio desenvolvimento; apesar de cada um deles abordar o assunto de uma forma muito própria, é fácil constatar que todos convergem na ideia de que só é possível haver participação comunitária se se der voz às comunidades, se se entrar na sua lógica e se tentar perceber a racionalidade das acções feitas em circunstâncias distintas, se se valorizarem os saberes locais e se manter com elas um diálogo aberto e colaborativo dentre outras medidas.

Não cremos que a grande questão ou polémica que se levanta em torno da participação comunitária é de tantos outros “chavões” ou conceitos ligados ao desenvolvimento, seja somente a questão da importação modelos produzidos ou desenhados de outras realidades (geralmente do ocidente), para a sua posterior aplicação em contextos com outras realidades (geralmente em países sub-desenvolvidos), como muitas vezes se faz nos crer; mas antes da construção de imagens desajustadas e simplistas acerca de “África” e dos países ditos “sub- desenvolvidos”.

Ou seja a falta de profundidade nos estudos e pesquisas acerca destas realidades (comunidades, países ou regiões) e a redução da realidade sócio- cultural destes contextos ditos “sub- desenvolvidos” faz com haja um certo desconhecimento, esquecimento e até desrespeito do seu modo de vida, das suas potencialidades e dos seus mecanismos de articulação e ordenação e acção no seu quotidiano, que muitas vezes se encontra guardado e por vezes esquecido, por não se ter em conta a sua cultura que em última instância reflecte o seu desenvolvimento.

No caso concreto do projecto, por exemplo para se saber com precisão a forma ou maneira de participação, apesar de não terem sido feitas pesquisas bastante aprofundadas ao nível da comunidade, fizeram- se consultas mais ou menos detalhadas e com uma relativa profundidade à aquilo que é a história passada e recente da região através de consultas à população e sobretudo aos régulos e seus assessores e só daí é que se concluiu qual era a forma mais conveniente de participação a adoptar naquelas comunidades .

O que se fez não foi somente consultar os notáveis e generalizar as suas ideias ou opiniões como se fossem ou reflectissem o pensamento da restante comunidade, ou melhor não houve uma simplificação dos estudos, pois por sua vez resultaria na redução ou simplificação da realidade social; foi- se a fundo e se insistiu na investigação mais

⁶ - Chichava citando Cohen e Uphoff (1997), “define participação comunitária como sendo uma forma de acção política, isto é, envolve um processo social com implicações políticas e com o intuito de assistir os grupos sociais mais desfavorecidos a clarificar e expressar não apenas a sua necessidade, mas também a tomada de acção colectiva para a sua resolução, envolvendo tais comunidades na tomada de decisões , na implementação e gestão sobre dos próprios recursos

detalhada dos mecanismos e formas de participação de toda a comunidade e não apenas das lideranças (por exemplo) .

Os estudos levados a cabo por este projecto de modo a conhecer melhor a forma mais viável de participação destas comunidades face ao projecto, não tomou apenas a participação das lideranças como o ideal da participação de toda a comunidade, mas sim conjugou- o com as ideias da restante população e questionou – lhes como forma de obter dados mais apurados que realmente reflectissem aquilo que é a participação “real” da comunidade e não apenas a dos chefes tradicionais.

O que é que isto vai provocar? Ou seja qual é a implicação deste tipo de práticas?

A ausência de uma reflexão profunda e cuidada sobre aquilo que é a realidade e identidade destas realidades sócio- culturais e políticas (e neste caso concreto comunidades rurais ditas sub- desenvolvidas), e dos seus reais mecanismos de participação nas suas mais variadas facetas ; ou seja a sua forma de estar no mundo vai de certo modo obstruir ou entrar em choque muitas vezes com aquilo que são programas destas ONG's, ou seja a participação que eles pregam e pretendem que se implante não vai de certo modo corresponder com a aquilo que é a “realidade” daquelas comunidades ou daquilo que elas aspiram.

Contudo, o que acontece, é que muitas vezes mesmo sabendo que estes modelos de participação “comunitária” são social e culturalmente inadequados áquelas realidades comunitárias, as ONG's e outras instituições responsáveis, para justificarem a sua existência e os financiamentos de que são beneficiados, continuam a implementar e expandir estes modelos de participação por essas comunidades .

O que estas instituições basicamente fazem, é que mesmo sabendo que em África bem como em qualquer parte do mundo as formas ou esquemas de participação comunitária têm características muito próprias e com profundas raízes na tradição e história muito diferentes da participação por eles proposta, e querendo ver os seus projectos funcionais sem contudo pretendem investir em pesquisas muito detalhadas para conhecer com profundidade sobre a realidade sócio-cultural e históricas destas comunidades, logo das suas formas de participação, procuram certos aspectos da “verdadeira” participação local que sejam mais ou menos similares ou que estejam de acordo com a participação por eles preconizada, e integram- nos nos seus programas ou projectos de modo a dar- lhes uma face mais local.

Por não se tomarem em consideração os aspectos atrás referidos o que acaba acontecendo é que grande parte das abordagens acerca da participação comunitária acaba- se tornando em discursos vagos com pouco ou quase nada de concreto, ou seja o facto de se desconhecer ou por vezes se desprezar esta complexa realidade rural, nas estratégias e projectos de desenvolvimento actuais agrava a situação de sub -desenvolvimento que se vive nestas comunidades.

Falar de Participação comunitária, sem o profundo conhecimento da complexidade das formas ou maneiras de participação “típicas” de cada comunidade é no fundo mais um “discurso”, mais uma “moda” que no fundo pouco trás de concreto; ou seja ao abordá-la temos que sempre ter em consideração o contexto sócio-cultural, económico e político em que estiver inserida.

Pois se tal não acontecer, ela vai se tornar tal como outras “modas” que tem mais de “retórica” ideológica, num discurso vazio sem consistência nem sequer argumentos plausíveis; pois em grande medida ela só acabará por veicular aquilo que são os interesses, pressupostos e ideias de um determinado grupo (geralmente o dominante) e não da comunidade.

Moçambique, tal como outros países em desenvolvimento, não escapa à problemática dos “chavões” e das “modas” e em particular desta (participação comunitária); é muito difícil encontrar no nosso país, uma publicação, seja ela de carácter governamental ou não que aborde questões de desenvolvimento e em particular de desenvolvimento local que não faça referência a este tipo de participação: o termo é tão recorrente que parece que quando não referenciado nos discursos dos políticos, imprensa e outros estes ficam vazios e sem sentido.

Parte considerável dos relatórios governamentais ou de ONG's por nós consultados, referem claramente que a participação comunitária constitui um elemento fundamental para a boa execução dos planos das mesmas com vista ao desenvolvimento comunitário.

Contudo, quando se analisa no terreno essa participação, o que é que no fundo estes organismos fazem (as acções que desenvolvem), vemos pouco de novo, pelo contrário talvez pelo facto de se simplificar bastante as realidades ou imagens destas comunidades, vemos poucas mudanças, vemos os camponeses vivendo aquilo que é o seu típico modo de vida de décadas ou séculos sem precisar da colaboração de nenhum agente do governo ou de uma ong sem necessitar do policiamento ou vigilância de ninguém, ou seja chegamos a concluir que se não tomarmos em consideração a profundidade sócio-cultural, política e económica e social destas realidades, a sua “real” participação local (comunitária) constituirá mais uma prática discursiva das elites, que é produzida mais para fins ideológicos do que para responder problemas actuais como o do desenvolvimento.

Será que existe participação comunitária em Magude e em particular no projecto em estudo?

A participação comunitária em Magude, tal como em qualquer ponto do país sempre existiu, apesar de apresentar cores ou manifestações próprias de acordo com a região, hábitos, costumes, período histórico, etc.

Ou seja a participação comunitária sempre existiu, e sempre manifestou-se de acordo com as características e especificidades de cada contexto sócio-cultural e da sua própria história.

Seria extremamente difícil encontrar em Magude formas ou esquemas de participação comunitária com traços tipicamente ocidentais, ou seja o contexto sócio-cultural não determina, mas em parte condiciona e influencia o tipo de participação que aí pode se dar.

Quanto ao projecto, o que no fundo os doadores (franceses), fizeram não foi mais do que enquadrar o seu projecto naquilo que são os esquemas ou modelos "tradicionais" de participação comunitária já em tempos existentes (praticados) em Magude.

Ao se aperceberem de que a participação das comunidades nestes contextos rurais particularmente em Facasissa e Matchabuiane, fazia-se mais pela via autoridade tradicional ou chefes tradicionais, eles (o projecto) nada mais fizeram do que enquadrar as suas acções nestes esquemas "normais" de participação das comunidades já existentes em Magude.

Importa referir que apesar de detalhar-se pouco o teor das investigações e dos contactos dos doadores com as populações e os chefes tradicionais com vista ao conhecimento das formas locais de participação nestas comunidades não significa que eles não tenham sido profundos e suficientemente abrangentes.

Contudo é importante evidenciar que das conversas tidas com os beneficiários de ambas as categorias eles sentem que os franceses realmente adequaram o projecto àquilo que realmente são os seus "típicos" esquemas de participação (de Magude).

Ao deixarem ou reservarem toda a responsabilidade referente à questão "organizacional" e "burócrata" do projecto nas mãos dos chefes tradicionais e seus assessores, isto é a formação de comissões comunitárias, selecção dos beneficiários, e integração de alguns notáveis ou familiares seus na parte dos recursos humanos do projecto, os franceses estavam implicitamente a envolver-se ou integrar-se nas "tradicionais" formas ou esquemas participação comunitária de Magude.

Pelo que já foi atrás desenvolvido, pode talvez se concluir que a participação comunitária seja um "chavão" ou "moda" a combater ou que tenha que se eliminar; não é isto que se estamos sugerindo.

Pelo contrário ela até pode existir. Contudo pensamos que para se atingir o verdadeiro desenvolvimento comunitário deve haver uma adequação entre aquilo que são os discursos em torno dela e as suas "reais" práticas; ou seja, pensamos que devia haver participação do tipo que os franceses tentaram pelo menos até ao momento levar a cabo em Facasissa e Matchabuiana.

8.3- SERÁ QUE O PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO NA PROVÍNCIA DE MAPUTO É REALMENTE UM PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO? PORQUÊ? E EM QUE MEDIDA?

Este projecto tal como tantos outros que estão sendo levados a cabo neste distrito, é também um projecto de desenvolvimento porque tal como qualquer outro projecto de desenvolvimento, tem como fim último, a promoção de mudanças (transformações) nas mais variadas esferas da vida (económica, política, social, cultural, etc), mas tendo sempre como meta, a melhoria do nível e qualidade de vida dos habitantes desta comunidade em geral e especificamente dos beneficiários deste projecto como veremos ao longo deste capítulo.

Pode também se considerar este projecto como sendo de desenvolvimento porque o gado (deste projecto), veio trazer uma nova dinâmica e um profundo nível de mudanças (transformações naquilo que era o modo normal de vida daquela comunidade), isto é para além dos inúmeros benefícios e facilidades que o gado trouxe e continua trazendo, também mexeu e continua mexendo com toda a estrutura social desta comunidade em vários níveis; isto é no seio desta comunidade, já há uma percepção mais ou menos generalizada dos benefícios e vantagens que o gado do projecto trouxe e vem trazendo para os beneficiários em particular e a comunidade em geral.

Antes de entrar em grandes detalhes ou desenvolvimentos sobre a importância ou possível importância do gado num processo particular de desenvolvimento comunitário, é importante lembrar que o gado bovino no sul de Moçambique em geral e na região de Magude em particular, se revestiu sempre de grande importância.

Tal importância estava mais ao nível simbólico e se associava à própria história da região Sul, onde o gado bovino para além de ser considerado como alimento e instrumento de trabalho (agricultura e transporte de mercadorias), era também visto como fonte de poder, pois se achava que quem tivesse mais gado, tinha mais meios ou recursos para adquirir mais mulheres (através do lobolo), e logo mais filhos.

Para as populações da região Sul, e de Magude em particular, o gado bovino, é visto não só como parte das suas preocupações imediatas como alimento, mas sobretudo como um investimento, que na maioria das vezes era negociado nas relações de casamento (lobolo)⁷.

Desse modo, a posse de mais cabeças de gado era no fundo sinal de mão de obra suficiente para o cultivo dos campos, ou seja tinha-se mais pessoas para cultivar os campos (mães e seus filhos) e mais força de trabalho pois havia a tração animal, e logicamente mais riqueza, poder e prestígio.

⁷ – “Lobolo” – vem da palavra “kulobola- Kulowola” que significa o pagamento (em dinheiro, roupas ou animais domésticos), que o namorado é obrigado pela lei tradicional a dar aos pais ou familiares da sua namorada, antes que lhe seja permitido tomar a sua namorada como esposa.

O gado não estava somente ligado aos aspectos simbólicos e matrimoniais (lobolo), mas também significava força de trabalho para o cultivo dos campos e também uma fonte de proteínas de origem animal na alimentação.

Apesar de nos dias de hoje esta função simbólica do gado ainda persistir (em pequenos focos), na actualidade ela está mais ligada à cerimónias ou actos de contracção matrimónios.

Contudo é importante salientar que esta função simbólica que o gado desempenhou na história desta região do país, apesar de continuar em pequenos focos, está a sofrer uma constante desvalorização, em parte devido à crescente monetarização da economia que afectou a região apartir da altura em que a economia Sul- Africana começou a interferir na vida desta região através da contratação de mão de obra para as plantações de cana de açúcar do Natal e minas de diamantes de Kimberley apartir de 1866 (Munguambe; 2000)

Apesar de estar a perder a sua importância ou função simbólica, o gado bovino nos dias de hoje tem estado a ganhar outra importância e função (principalmente em Magude), e tem mais a ver com aspectos económicos do dia a dia e que até certo ponto estão associados à questão do desenvolvimento comunitário.

É e seria extremamente difícil para qualquer pessoa, logo a priori tentar mostrar ou referir se às possíveis vantagens ou benefícios que um projecto de “distribuição” ou de fomento da produção bovina pelo sector familiar pode ter ou trazer para o processo de desenvolvimento no geral e para o desenvolvimento comunitário em particular.

A priori, ao fazermos esta associação (desenvolvimento comunitário e gado bovino), o que nos ocorre à mente, fora o uso imediato do gado bovino na nossa alimentação (carne, leite) e aproveitamento da pele, é sem dúvida a sua utilização como tração animal; na agricultura (para puxar a charrua) e associado a isto o uso do seu excremento para adubagem e fertilização dos solos pois quando adequadamente usado contribui para a sua regeneração; e a estes também adicionar, o seu crucial papel no transporte de mercadorias.

Contudo, é importante referir que estes benefícios ou contribuições do gado no dia a dia das populações por si só não se revelam suficientemente relevantes no processo de desenvolvimento comunitário; ou seja, por si só não podem ser fomentadores do referido desenvolvimento.

Apesar de reconhecer o papel ou importância que o gado bovino do projecto exerce no dia a dia da população de Magude (na agricultura familiar, alimentação e transporte de mercadorias), é importante frisar que a importância que o gado desempenha neste processo de desenvolvimento comunitário em particular nestas localidades, se situa a outro nível; ou seja, é a sua qualidade de mercadoria ou de bem comercializável ou transacionável que lhe reveste da função de “impulsionador” ou de “trampolim” do desenvolvimento comunitário.

Isto é, fora as contribuições já referidas, em Magude o gado bovino (em particular o do projecto) também funciona como um mecanismo ou factor "impulsionador" de outras actividades geradoras de rendimentos e de empregos, que ao se articular e complementar-se com as já existentes, pode efectivamente ocasionar um surto de desenvolvimento local, pois ao se vender o gado, e com o dinheiro que daí advém pode-se investir noutras actividades que por sua vez também gerem rendimentos e empregos que são muito escassos neste ponto do país.

O projecto de desenvolvimento pecuário na provincia de Maputo, é realmente um projecto de desenvolvimento porque no fundo o gado funciona como um agente de mudança na vida das populações desta comunidade.

Ou seja: o simples facto de ter (possuir) cabeças de gado em boas condições já é em si mesmo factor de segurança (económica), pois a qualquer altura este pode servir de fundo ou crédito (através da sua venda) para o financiamento ou desenvolvimento de outras novas actividades geradoras de rendimento e de trabalho, ou então para a execução de outros investimentos vitais para a família tais como o pagamento da escolarização ou formação de um membro da família (em geral dos filhos).

No seio da maior parte da população de Magude é quase consensual a ideia de que o gado é um bem que a qualquer altura pode gerar dinheiro que por sua vez pode ser reinvestido em outras áreas de crucial importância não só para os beneficiários, mas também de certa forma para a comunidade em geral (por exemplo a geração de novos postos de trabalho). Isto é, o gado é tido como um fundo de reserva que pode ser mais ou menos equiparado ao dinheiro de uma conta bancária à prazo que a qualquer altura servirá de financiamento na abertura de um novo negócio ou actividade que por sua vez também gere não apenas rendimentos mas também e sobretudo novos postos de trabalho mesmo que sejam em números reduzidos.

A título de exemplo, um dos nossos informadores, José Paulino Mucavele, antigo trabalhador dos CFM, pequeno criador beneficiário deste projecto em Matchabuiane, que tem actualmente cerca de 60 cabeças de gado, informou-nos o seguinte: "*devido à minha situação de desemprego, decidí abrir um negócio; contudo tinha falta de financiamento para tal. Para a montagem de uma moageira a diesel para processamento de milho em farinha necessitava de um valor de cerca de 20 milhões de meticais aproximadamente. Foi então quando depois de uma conversa com a família decidí usar o meu gado como fonte para financiar este novo negócio; assim sendo só na primeira fase para a compra da referida máquina a um mineiro, tive que vender três cabeças a um grande criador local de nome Ntchongue que é também proprietário de um talho e matadouro na vila que após comprar o gado a pequenos criadores e a preços baixos, abate-o e revende com grandes lucros e a preços do Mercado. Para a concretização da Segunda e última fase, isto é, a construção do local (infra-estrutura) e obtenção dos fundos iniciais, tive que vender mais três cabeças conseguindo assim arrancar com a nova actividade*".

Apesar de reconhecer que esta nova actividade esteja a correr bem, ele afirma que sempre que tiver necessidade de um certo valor para revitalizar o seu negócio, ou para fazer um novo investimento, não hesitará em vender o seu gado, pois como ele bem afirma, *“o gado já é meu, já resolvi todas as contrapartidas com o projecto”*. Segundo ele, a grande aposta e prioridade enquanto estiver ainda em condições, é cuidar bem do seu gado (mantê-lo saudável) de modo a que esteja sempre a bom preço.

É importante referir que os preços que este criador negociou o seu gado variam entre 4,5 a 6 milhões de meticais dependendo para tal de factores como altura do ano, peso do animal.

Para além de integrar mão de obra familiar, o novo negócio conta com dois trabalhadores, que por sinal são vizinhos.

A sua grande influência para que pudesse entrar neste negócio (uso do gado como recurso financeiro), foi sem dúvida de um amigo seu também beneficiário do projecto e que está numa posição ligeiramente avançada em termos de investimentos ou seja com a venda do gado conseguido via projecto já realizou investimentos que lhe oferecem lucros relativamente “altos”.

Outro dos nossos informadores foi Jonas Novela, que depois de regressar de sucessivos contratos como trabalhador nas plantações de bananas na RSA se decidiu integrar no projecto logo no seu início e actualmente conta com cerca de 50 cabeças. Segundo ele, *“desde muito cedo, antes de emigrar para as plantações o meu sonho era o de ter a minha própria olaria (artesanal) onde pudesse fabricar tijolos para construção e outros utensílios de uso doméstico que são muito apreciados aqui em Facasissa. Contudo nunca conseguí um fundo para tal, mesmo depois de 10 anos de trabalho nas plantações. Com o gado do projecto e com o apoio moral de um cunhado meu também beneficiário deste projecto, decidi aventurar-me e vendí na altura 10 das 23 cabeças que tinha só para pôr o investimento em pé. Contudo, com o tempo, foi possível recuperar o investimento feito e não me sinto arrependido”, e sempre que necessitar de um dinheiro para investir num novo negócio ou mesmo para dinamizar o já existente, farei sempre recurso à venda de meu gado aos grandes criadores e proprietários de talhos como o Ntchongue com quem negociei pela primeira vez”*

É importante referir que este negócio para além de gerar rendimentos ou receitas mais ou menos elevadas, devido à grande procura dos seus produtos principalmente dos tijolos para a construção, gerou também por outro lado neste caso concreto cerca de 6 empregos efectivos e 4 eventuais que são contratados na altura de muito trabalho.

Esta passagem visualiza a importância que o gado do projecto tem como “fonte” ou factor gerador de outras actividades e também de dinheiro que por si só já constitui um avanço para a localidade em geral, pois mais iniciativas destas só por si já seriam benéficas.

Outro exemplo da aplicação do gado obtido via projecto para o fomento e financiamento de outras actividades geradoras de rendimento e de emprego, e até certo ponto de

desenvolvimento comunitário, é o de Rui Sambo, mineiro reformado e beneficiário do projecto em Facasissa, que conta actualmente com cerca de 50 cabeças de gado que nos informou o seguinte:

, “antes de emigrar para a RSA já era pescador artesanal. Contudo, a Guerra destruiu quase tudo que tinha (3 barcos, 5 bicicletas para o transporte e comercialização do peixe e outro material de pesca), e nunca mais conseguia restabelecer-me como pescador devido à falta de dinheiro para a compra do material necessário.

Há cerca de 2 anos atrás, decidi vender parte do meu gado como forma de conseguir meios para voltar a exercer a minha profissão de pescador, para tal tive que vender a um grande criador de nome Cossa proprietário de um matadouro na vila que comercializa com clientes de Maputo, cerca de 12 cabeças. Esta venda teve que ser em fases e só assim é que consegui voltar a construir 2 barcos novos e recuperar um antigo, adquirir 2 bicicletas, comprar material de pesca novo e contratar 3 pescadores”.

Segundo ele, este projecto, diferentemente dos outros que têm lá aparecido, é o que tem surtido efeitos “visíveis” no seio da população, principalmente entre os beneficiários, pois veio suprir a grande carência de investimentos e de empregos, pois a partir dele (do gado do projecto) podem-se gerar postos de trabalho a nível comunitário e dos mais diversificados tipos e contribuir para a redução da crónica crise de emprego e dependência da agricultura familiar de subsistência.

Afirma também que sempre que tiver um plano de investimento bem desenhado e não tiver financiamento usará o seu gado como fonte de obtenção de dinheiro para a realização do novo investimento.

Fora o que até aqui tentei mostrar, o gado como “fomentador” ou “gerador” de outras actividades de rendimento e de emprego, no seio dos pequenos criadores beneficiários do projecto em Magude, através da sua integração no comércio que envolve os grandes criadores e comerciantes que já trabalhavam nesta área antes da implantação do projecto, há também a acrescentar a estes uma nova tendência: nos últimos tempos, (há sensivelmente 3 ou 4 anos), o distrito de Magude (principalmente na zona da vila onde estão localizados os principais talhos e matadouros dos grandes criadores e comerciantes), tornou-se um ponto de referência incontornável para os comerciantes de carne bovina dos mercados da cidade de Maputo e arredores.

Antes, grande parte da carne comercializada e consumida em Maputo, era adquirida via RSA e Swazilândia; contudo, de um tempo para cá Magude passou a fazer parte do mapa deste comércio e do destino destes negociantes.

Talvez daí se justifique a crescente procura e logo a também crescente produção por parte dos “grandes” criadores e comerciantes locais com o intuito de satisfazer tal demanda; ou seja, estes “grandes” criadores e comerciantes locais, confrontados com a grande procura de carne por parte dos comerciantes de oriundos de Maputo e não conseguindo satisfazer as suas crescentes exigências em termos de quantidades vêm-se obrigados a recorrer aos “pequenos” criadores locais beneficiários do projecto.

É importante realçar que estes “pequenos” criadores de Magude mesmo confrontados com dificuldades tais como: difícil acesso dos seus produtos aos mercados por não materiais e infra- estruturas (talhos e matadouros), o seu negócio está a desenvolver, e, também tem tendência a se tornarem em “grandes” criadores, principalmente se esta ligação com os comerciantes de Maputo continuar.

Os “grandes” criadores e comerciantes da vila de Magude porque detentores de uma grande experiência neste negócio, e também possuidores de materiais e infra-estruturas, vão estabelecer parcerias e mecanismos de cooperação com os “pequenos” criadores para o fornecimento da matéria- prima (gado), mas sem nunca pôr em causa os seus interesses, ou seja, vão accionar mecanismos de modo a que eles saiam sempre em vantagem em termos de lucro e prestígio.

Ao usarmos os termos “grandes” e “pequenos” criadores, estamos no fundo faço a tentar diferenciar os criadores que exerciam esta actividade antes da implantação do projecto dos que apareceram com o projecto (beneficiários do projecto) neste distrito. Os primeiros fora o facto de possuírem grandes manadas em relação aos “pequenos”, são também proprietários de de infra- estruturas tais como talhos e matadouros enquanto que os “pequenos” são os que apareceram com o projecto que praticamente só têm o gado e não possuem as infra- estruturas já referenciadas que são, até certo ponto, indispensáveis para o sucesso do seu trabalho.

Contudo, apesar desta aparente “exploração” dos “grandes” criadores e comerciantes, aos “pequenos” criadores, é notável que no fundo os últimos estão também a colher benefícios deste negócio a assinalar pelos seguintes factos:

- O seu gado passou a ter um Mercado garantido; isto é, sempre que desejem vender têm onde fazê- lo.
- Conseguem ter um controle efectivo dos seus animais e do seu Mercado, pois têm tempo suficiente para deixá- los desenvolver (crescer) e só os vendem em caso de necessidade, isto é, só respondem favoravelmente às solicitações do mercado quando acham que estão em condições, sem contudo pôr em causa os seus interesses futuros (de ter manadas cada vez maiores).

Assim sendo, com o aumento da procura de carne por parte de Maputo e arredores, os pequenos criadores de Magude vêem também o seu Mercado a expandir- se e a integrar- se num fluxo comercial crescente que transcende o mercado comunitário.

Isto é através de “intermediários” (os “grandes” criadores), estes “pequenos” criadores rurais vêem os seus produtos a integrarem- se num Mercado de características urbanas e concorrer com produtos vindos do estrangeiro; através deste comércio estabelecem -se e fortificam-se os vínculos rural /urbano, o que por si só pode ser benéfico para o desenvolvimento comunitário.

São muito poucas as vezes que os “grandes” criadores e comerciantes de Magude vendem o seu próprio gado. Na maioria dos casos eles recorrem aos pequenos criadores que estejam com necessidade de dinheiro e compram-lhes os animais.

Por sua vez também, os pequenos criadores não vendem os seus animais em quaisquer situações, só por necessidades secundárias; vendem nos somente em situações especiais com o intuito de satisfazer ou resolver necessidades sérias e urgentes (doenças, falecimentos e outros problemas sociais), ou então para obter um certo dinheiro para o arranque de um outro negócio ou actividade que por sua vez também gera dinheiro e empregos mas sempre sem fugir ao nível micro; pode ser para a compra ou montagem de uma moageira, um barco para pesca artesanal e seu respectivo material, abertura de uma olaria, recuperação de um camião, ou de uma cantina, dentre outros.

Assim sendo, é visível que o gado (em especial o do projecto), fora a prestação de trabalhos na agricultura (tracção animal, adubagem dos solos com o seu excremento), transporte de mercadorias e para a alimentação que são os benefícios mais visíveis a priori, funciona também como um “trampolim” para o fomento e criação de outras actividades geradoras de rendimentos, e de empregos, e que por isso se bem direccionadas e integradas podem contribuir para o desenvolvimento comunitário.

Transferindo -se o dinheiro proveniente da venda de gado, aos “grandes” criadores e comerciantes de Magude, que por sua vez revendem aos mercados de Maputo e arredores com grandes lucros, os “pequenos” comerciantes de Facasissa e de Matchabuiane, conseguem fundos para financiar novos projectos ou actividades indispensáveis para a vida da população nestas localidades.

O facto desta região carecer de trabalho monetariamente remunerável, constituindo o trabalho migratório para a RSA e outros pontos do país as únicas formas de trazer dinheiro para a aquisição dos mais diversificados bens, fazem com que os que não possam ou que não tenham possibilidade de emigrar, mas tendo gado, o usem-no como fonte para financiar a criação de novos empregos e rendimentos.

O facto de enfatizarmos com frequência a questão ou função “venda” de gado para a obtenção de dinheiro para posterior financiamento de novas actividades, não quer dizer de forma nenhuma que as outras funções do gado bovino já referidas, sejam marginais e não contribuam para o fomento de um certo desenvolvimento comunitário; contudo o que podemos constatar das conversas com os beneficiários é que a venda para eles é a mais importante em termos de benefícios para o desenvolvimento comunitário; apesar de reconhecerem que as outras funções também sejam benéficas e indispensáveis no seu dia a dia.

Estão envolvidos neste processo de desenvolvimento não apenas o projecto francês representado pelos “pequenos” criadores de Facasissa e de Matchabuiane, mas também os “grandes” criadores e comerciantes da vila de Magude e os comerciantes de Maputo.

Finalmente, pensamos que de certa maneira estão sendo criadas as condições para a integração e participação dos “pequenos” criadores “rurais” de Magude, no vasto e crescente mercado urbano de Maputo e seus arredores; o seu produto, para além de funcionar como fomentador de outras actividades produtivas em Magude passa também a concorrer com produtos de outros criadores nacionais e estrangeiros, estabelecendo assim a ligação Magude- outros pontos, o que pode ser benéfico para o desenvolvimento comunitário.

8.4- AUTORIDADE TRADICIONAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: A PARTICIPAÇÃO DA AUTORIDADE TRADICIONAL NO PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO NA PROVÍNCIA DE MAPUTO



A questão da autoridade tradicional encerra em si um cruzamento de várias dimensões; tais como: a do político, do económico, do parentesco, do simbólico, do religioso, etc.

Esta instituição sócio- cultural e política, (autoridade tradicional) não é um fenómeno novo em nossa sociedade. Ela existe desde tempos “antigos” e sempre desempenhou um papel de extrema importância no processo de organização e manutenção da vida e da ordem social das várias comunidades deste vasto país.

Contudo é importante salientar que apesar desta instituição sócio- cultural ter vivido diferentes períodos históricos (pré- colonial, colonial, pós- independência e actualmente a democracia multipartidária), e em cada um deles ter se evestido de diferentes papéis (funções) e características, sócio- políticas e ideológicas, ela teve sempre reservada a si um conjunto especial de papeis ou funções, a que podemos chamar de: “tradicionalis” papeis ou funções” da autoridade tradicional.

Dentre estes “tradicionalis” papéis ou funções reservados à autoridade tradicional, podem- se destacar os seguintes: o controle do uso e aproveitamento da terra, a manutenção da ordem social, a resolução de conflitos, a realização de sacrifícios, entre outros.

Tal como a própria tradição que é dinâmica, os “ tradicionalis” papéis ou funções reservados à autoridade tradicional não ficarão estáticos, eles serão inventados e recriados, ou seja estarão em revisão contínua.

Deste modo, aos “tradicionalis” papéis e funções da autoridade tradicional já referidos será integrada ou acrescida uma nova dimensão: a dimensão do desenvolvimento, e em particular do desenvolvimento comunitário; (ou seja o processo de participação dos chefes tradicionais em projectos de desenvolvimento comunitário). Passará a integrar se um “novo” conjunto de papéis e funções que serão ainda desenvolvidos neste capítulo e que passarão a exercer uma certa influência nestes processos.

É importante referir que ao fazermos esta diferenciação entre “tradicionais” e “novos” papéis da autoridade tradicional neste trabalho, não queremos de forma nenhuma dizer que cada fase ou período, tivesse somente um conjunto específico de papéis ou funções, que apenas se restringissem àquele omento (período), e que não se fizessem presentes noutras fases; é simplesmente por uma questão metodológica e por forma a enfatizar que neste novo contexto, de projectos de desenvolvimento comunitário a autoridade tradicional (chefes tradicionais) tiveram que rever e até adaptar as suas funções e papéis com vista ao novo desafio— o desenvolvimento comunitário.

Como se pode constatar é extremamente difícil traçar fronteiras ou fazer uma clara demarcação dos papeis e funções da autoridades tradicional nas suas diferentes fases históricas, pois há papeis e funções que persistiram e fizeram- se sempre presentes em quase todas as fases, enquanto que os outros não; com esta diferenciação o que basicamente pretendíamos evidenciar é que, face ao processo de desenvolvimento comunitário os chefes tradicionais pegam nas suas “antigas” (ou tradicionais) funções e papéis revêem- nas e reinterpretam- nas para depois os aplicarem à esta nova realidade — os projectos e programas de desenvolvimento comunitário.

Assim sendo, e nesta ordem de ideias, o nosso local de estudo (Facasissa e Matchabuine) e o nosso objecto, o projecto de desenvolvimento pecuário da província de Maputo, não ficaram alheios à esta tendência, e logo desde o início, parece que ela se fez sempre presente.

Logo de início, as várias instituições de desenvolvimento comunitário (ONG's) que vão operar em Magude nos vários sectores de actividade (educação, saneamento, água, saúde, transportes, etc) vão enfatizar nas suas práticas e discursos de desenvolvimento a necessidade de participação e envolvimento das comunidades em programas e projectos que visavam o seu desenvolvimento.

É deste modo, que os agentes de desenvolvimento comunitário (ONG's) passaram a trabalhar com a autoridade tradicional (chefes tradicionais) fundamentalmente no aspecto da sensibilização para a participação das comunidades em acções de desenvolvimento tais como: (construção/ reabilitação de escolas, postos de saúde, estradas e fontenários e fomento pecuário, etc).

Assim sendo, e confrontados com esta “nova realidade”(participação da comunidade em acções e projectos de desenvolvimento), os chefes tradicionais incorporam novos conteúdos, significações e sentidos às suas “tradicionais” funções e papéis.

No caso concreto do projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo, levado a cabo no distrito de Magude, e mais concretamente nas localidades de Facasissa e de Matchabuiane, a questão da participação dos chefes tradicionais neste projecto manifestou- se também logo desde o início, ainda na altura da sua implantação nas duas localidades e tem sido contínua e sistemática, de tal modo que estes estão tão envolvidos com o projecto que os seus papéis chegam a confundirem- se e até certo ponto a parecerem- se com os daqueles que implentam os projectos (os franceses), isto é, estão

tão envolvidos no projecto que chegam até a parecer que são os seus “mentores” (do projecto).

Os régulos destas duas localidades, que por sinal são primos⁸, logo de início souberam muito bem conciliar aquilo que eram as suas “tradicionalis responsabilidades” nas suas comunidades com os “novos” papéis e funções, ou seja com os discursos e práticas de desenvolvimento das ONG's e do projecto em referência particularmente.

Assim sendo, fora a àquilo que eram os seus “tradicionalis” papéis e funções, a autoridade tradicional (chefes tradicionais) tanto em Facasissa bem como em Matchabuiane, face aos processos de desenvolvimento comunitário, participam desempenhando as seguintes funções :

- A autoridade tradicional (chefes tradicionais), em ambas as localidades, participam em projectos e acções de desenvolvimento comunitário desenvolvendo acções de sensibilização das populações de modo a aderirem aos projectos e outras acções de desenvolvimento comunitário, ou seja, os chefes tradicionais e seus assessores, depois de convidados ou contactados pelos agentes de desenvolvimento (ONG's) a participarem nestas iniciativas ou acções a serem levadas a cabo nas zonas sob sua jurisdição, têm a missão ou tarefa de dar a conhecer e explicar a população local acerca da iniciativa, convidá-la, e incentivá-la a aderir a estes projectos e acções de desenvolvimento; pois estes organismos (ONG's), têm perfeita consciência de que seria extremamente difícil implementar estas acções ou iniciativas de desenvolvimento sem a coordenação ou apoio dos chefes locais.

A respeito disto, o régulo de Facasissa (Paulo Verração Cossa) disse- nos que na altura em que este projecto pretendia fixar-se e desenvolver as suas iniciativas na zona sob a sua jurisdição, tiveram que contactá- lo, informá-lo e explicá- lo ácerca das acções que pretendiam desenvolver. Só depois desses passos é que se passou à prática.

“Fui contactado pelo chefe do posto, e uma vez lá informou-me do interesse dos franceses em implantar o projecto na minha zona (Facasissa). Depois disso apresentou-me aos homens do projecto. Só depois de uma conversa demorada duas horas de conversa, é que fiquei completamente clarificado em relação ao que eles realmente pretendiam levar a cabo na minha povoação, assim sendo, fiquei de falar com os meus conselheiros e comprometi-me em dar uma resposta no espaço de uma semana; depois de consultar um bom curandeiro da zona, na presença dos meus conselheiros, constatamos que a iniciativa seria boa para a nossa comunidade e traria muitos que fiquei completamente clarificado acerca do que eles realmente pretendiam levar a cabo na minha zona assim sendo, fiquei de falar com os meus conselheiros e comprometi-me

⁸ - Ambos os régulos de Facasissa e de Matchabuiane, têm descendência comum; são bisnetos do “grande” rei Magutso, que em tempos controlava (reinava) todo o distrito e que como forma de administrar os seus extensos territórios (terras dos Cossas), nomeou os seus filhos como chefes (régulos) das várias localidades em tempos designadas por regulados ou povoações. Foi desse modo que os avós e pais destes actuais régulos chegaram ao poder nestas localidades, pois, quando falecesse o pai, sucedia-lhe o filho; geralmente o mais velho. Como aconteceu com os régulos em referência.

em dar uma resposta no espaço de uma semana. Depois de consultar um bom curandeiro da zona, na presença dos meus conselheiros, constatamos que a iniciativa seria boa para a nossa comunidade e traria muitos benefícios para ela. Assim dei uma resposta positiva, e logo de início o chefe do posto pediu-me para que eu próprio, juntamente com os meus assessores, começássemos a informar a população e convidá-la a participar nesta iniciativa; ele estava até certo ponto desconfiante de que seria muito difícil de convencer a população pois esta já estava cansada de tantas promessas que não eram cumpridas principalmente no período logo após o término do conflito armado, daí que desconfiasse que estas dificilmente viessem a aderir à iniciativa, pois já não tinha crença em nenhuma promessa.

Mas foi o contrário, e eu dei a minha palavra aos homens do projecto e ao próprio chefe do posto e disse-lhes que eu conhecia bem a minha comunidade e ela também confiava em mim, daí que para mim não seria difícil de lhes convencer a tomarem parte desta iniciativa para o seu próprio benefício. E foi o que realmente sucedeu. Em apenas três horas de reunião por mim convocada na sombra do meu quintal (onde se realizam as cerimónias e os sacrifícios da nossa comunidade), todos concordaram e logo começamos com o processo de formação das comissões comunitárias”.

Por seu turno, o régulo de Matchabuine (Serra Alberto Cossa) também não fugiu a esta lógica e diz que foi contactado pelo chefe do posto para lhe dar conta da situação (interesse dos franceses em implantar o projecto na sua região) e a respeito disso disse-nos o seguinte:

“ após a conversa com o chefe do posto fiquei de consultar os meus conselheiros, assim sendo conjuntamente com eles vimos a importância e os benefícios que esta iniciativa produziria para a comunidade. Dois dias depois dei a resposta ao chefe do posto que me apresentou aos brancos (homens do projecto), depois da conversa com estes fiquei de convencer e convidar a minha comunidade a aderir a este projecto, e dar-lhes a resposta após uma semana. Foi daí que convoquei uma reunião com a minha população para lhes dar a conhecer da iniciativa e saber deles se estavam realmente interessados em participar em tais acções: eu próprio estava até certo ponto desconfiante de que a comunidade não viesse a aderir a esta iniciativa; pois a alguns meses atrás, havíamos tido tido problemas, pois havia fracassado um projecto do tipo comida pelo trabalho com o PMA devido ao não cumprimento na totalidade dos compromissos por parte desta instituição.

Apesar disto fiquei bastante surpreendido porque depois de lhes explicar do interesse dos franceses e convidá-los a integrarem-se no projecto, todos já estavam dispostos e prontos para se inscreverem e começar; eu é que voltei a ter problemas, pois tinha que lhes explicar que este projecto não abrangiria a todos numa única fase; seria faseado por isso seria imperioso que alguns aguardassem um determinado tempo para que chegasse a sua fase”.

Com estas passagens bem elucidativas, é possível entrever, sentir e até medir a importância de que se reveste a autoridade tradicional (chefes tradicionais), no que se refere à sensibilização com vista a participação da população de ambas as localidades

nos projectos e acções de desenvolvimento comunitário, e em particular deste projecto; ou seja, os régulos, juntamente com os seus conselheiros ou assessores, fora àquelas que são as suas "tradicionalis funções (ou papeis), também usam as suas influências e poder para sensibilizar as populações que estão na zona sob sua jurisdição a aderirem e participarem em acções de desenvolvimento comunitário.

Contudo, é importante também referir que em processos de desenvolvimento comunitário, aos chefes tradicionais, não só está reservada a função ou papel de sensibilização da população com vista à sua adesão em projectos e outras acções de desenvolvimento, eles também participam nestes processos, indicando onde (locais) e quando (períodos) em que devem ser levadas a cabo certas acções referentes aos processos de desenvolvimento comunitário; ou seja cabe aos chefes tradicionais indicar em que local da sua zona se deve erguer uma determinada infra- estrutura (ex: uma escola, posto de saúde, fontenário, etc), e também indicar em que períodos ou épocas é viável que isso seja feito; este papel ou função dos chefes tradicionais é em parte justificado pelo facto de se considerar que estes, por serem os representantes da região, são os que (com a ajuda dos seus assessores) melhor conhecem a região. Daí a sua legitimidade e direito de indicar os locais em que se devem erguer infra- estruturas destinadas ao desenvolvimento das suas comunidades; existe também em alguns casos a crença por parte de alguns dos que implementam estas iniciativas, de que caso não se consulte estes chefes tradicionais, (onde erguer uma determinada infra- estrutura), corre-se o risco de destas infra- estruturas ficarem inviabilizadas (pode ocorrer qualquer mal ou azar no seu processo de edificação ou ao longo do seu tempo de vida ou utilidade).

Acerca destas constatações, o régulo Paulo Verração Cossa de Facasissa informou- nos o seguinte:

"quando este projecto quis iniciar a sua actividade na minha zona, havia necessidade de se erguer certas infra- estruturas tais como escritórios, os currais para a colocação dos animais antes de serem distribuídos, o posto veterinário e a casa para o técnico, os tanques carracidadas entre outros. Sabendo da minha experiência e profundo conhecimento da zona consultaram me para saber onde seria o lugar mais viável para edificar tais edificios; apesar de nós (comunidade) termos antes dado um livre trânsito para que ocupar qualquer local que eles quisessem (fora aos cemitérios e locais sagrados das famílias) mas como eles insistiram em consultar- me, dispus em ajudar e indiquei- lhes um vasto descampado com algumas sombrase e muita pastagem e um pequeno charco bem próximo da minha casa (muti) para que lá construissem. Eeles construíram já grande parte do que pretendiam, apesar de ainda faltarem algumas obras, e penso que esta localização (o facto de estarem perto de mim) ser lhes-à favorável, pois à qualquer altura que eles tiverem um problema, facilmente podem contactar comigo para eu poder lhes ajudar na qualidade de autoridade máxima da zona".

Por sua vez, àcerca da construção de infra-estruturas destinadas a projectos e outras acções de desenvolvimento comunitário, Serra Alberto Cossa, régulo de Matchabuiane expressou se- nos seguintes termos:

“eu logo de principio e com base nos conselhos do senhor chefe do posto, informei aos homens do projecto que a nossa zona tinha muitos lugares livres para a edificação das suas infra-estruturas, pois era muito despovoada. Eles podiam escolher o local que bem lhes conviesse; contudo eles insistiram que fosse eu e meus assessores a indicar o local para a construção de suas infra-estruturas (escritórios, currais para os animais, posto veterinário, casa dos técnicos, tanque carracidas, etc.), e eu depois de consultar aos meus assessores decidí atribuir- lhes um local abandonado, onde não havia falta de água nem pastos e não há machambas, um local que pertence à minha família, pois em tempos lá estava estabelecido o meu avô que por coincidência foi também régulo”.

Atravéz destas passagens é possível ver que a autoridade tradicional (chefes tradicionais e seus assessores), por serem os representantes locais da comunidade e os “melhores” conhecedores da região, desempenham um papel relevante na indicação ou escolha dos locais/ períodos onde devem ser erguidas as infra-estruturas destinadas a acomodar os projectos ou outras iniciativas de desenvolvimento comunitário; isto faz com que os organismos que levam a cabo estas iniciativas, confiem aos notáveis a função de indicação dos locais e épocas mais apropriadas para a realização de tais iniciativas (construção de infra- estruturas).

Suponho que em parte a não escolha dos locais por parte dos doadores (ONG's), em parte possa se justificar pelo facto de: primeiro não querer colidir com aquilo que são as lógicas locais (por ex, eles por não conhecerem a zona podem construir os seus empreendimentos em locais considerados sagrados pela população, tais como: cemitérios e locais de culto); segundo também pelo facto de recearem possíveis casos de peso de consciência em caso de desastres (por ex, eles por não conhecerem a zona podem construir num local em que na altura das cheias por exemplo tudo fica inundado e sem mínimo proveito, ou em locais onde em caso de secas não existe nenhuma alternativa de sobrevivência das espécies, assim sendo, elas (ONG's) deixam que sejam os chefes tradicionais, os “conhecedores” da terra a escolherem os locais mais viáveis para o efeito.

Contudo estes por sua vez ao indicarem estes locais, também agem usando lógicas e critérios que de uma ou de outra forma lhes dêem benefícios e vantagens; ou seja ao indicar a construção de infra-estruturas do projecto nas proximidades da sua casa, (o régulo Facasissa), ou em terras abandonadas do seu avô logo também suas (régulo Matchabuiane), estão a tentar maximizar os seus benefícios pois estão bem cientes que de uma ou de outra forma, isso lhes trás alguns se não muitos benefícios tais como : no caso de um dia o projecto terminar com as suas actividades naquela zona, e pelo facto de as infra-estruturas do projecto estarem nas suas terras, talvez poderem ficar para eles ou para os seus familiares; caso virem a obter uma indemnização ou qualquer outra forma de beneficio.

Por outro lado, pelo facto de as infra-estruturas do projecto se localizarem se nas proximidades de sua casa (muti), o chefe tradicional pode ter os seguintes benefícios: sempre que o projecto por exemplo necessitar de mão de obra assalariada, recorrerem a ele ou outros membros da sua família em primeira instância; se o projecto por exemplo,

necessitar de pequenos trabalhos como o fornecimento de estacas para a construção ou renovação dos currais, o projecto vai recorrer a ele ou aos seus familiares em primeira mão para o fornecimento desses materiais; também, por outro lado, a proximidade das infra-estruturas do projecto logo da casa dos técnicos veterinários e de outros funcionários do projecto com o (muti) do régulo, pode fazer com que estes chefes tradicionais desenvolvam uma grande amizade com estes funcionários e daí beneficiarem de muitos favores destes sem que tenham que pagar nenhum valor ou pagando valores muito baixos (simbólicos).

Fora ao papel ou função de indicar os locais e as épocas para a construção de infra-estruturas destinadas a acções e projectos de desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais, nos processos de desenvolvimento comunitário, desempenham outras funções tais como realizar cerimónias de inauguração ou pedido de sucesso dos empreendimentos destinados aos projectos de desenvolvimento comunitário através da realização de sacrifícios.

A respeito disto, Pedro Siteo, curandeiro e um dos conselheiros do régulo de Facassissa diz:

“Quando as construções das primeiras infra-estruturas do projecto terminaram em Dezembro de 1999 e o projecto já estava prestes a arrancar com os seus trabalhos, os franceses consultaram ao “mukhulo” (régulo) sobre o que seria preciso para iniciar com os trabalhos, e como nós não tomamos nenhuma decisão sem consultar aos nossos antepassados, o régulo contactou-me e com os outros anciãos (tindota) da comunidade decidimos que através de um curandeiro devia-se fazer uma consulta para saber o que é que eles (os nossos antepassados) queriam que para que estes empreendimentos tivessem sucesso; por sorte escolheram-me a mim mesmo para fazer a consulta aos nossos antepassados (vafhi) que queriam que fosse morta (entregue em sacrifício) uma cabeça de gado e preparar bebida local. Após a cerimónia que seria realizada pelo régulo, toda a gente da comunidade presente e sem excepção deveria comer e beber sem excepção de ninguém,; assim foi feito e obedeceram-se todos os passos. O régulo (mukhulo) seguindo todas as normas locais para a realização de um sacrifício realizou a cerimónia (kuphalha) no local sagrado da comunidade, junto a um canhueiro (árvore cujo fruto denomina-se canhú) na sua casa e depois foi-se inaugurar o estabelecimento (as infra-estruturas do projecto) na presença de personalidades da administração tais como o chefe do posto e pessoas ligadas ao projecto em Maputo; é por isso que até hoje este projecto não tem problemas como os outros. Caso depare-se com problemas se nos informarem e realizarmos o sacrifício voltará a andar bem”.

A este respeito, o régulo de Matchabuiane também falou nos seguintes termos:

”fui contactado pelos homens do projecto depois de terminarem uma parte das obras para se fazer a inauguração e começar-se com o trabalho; perguntaram-me como é que fazíamos tais cerimónias pois já haviam ouvido dizer que era bom e não dava azar. Eu respondi-lhes que eu não decidia sozinho, tinha que consultar aos meus assessores para posteriormente consultar aos nossos antepassados (vafhi), depois de contactado o

curandeiro e feita a consulta, os antepassados disseram- nos que queriam comer e beber. Nesta ordem de ideias informámos aos doadores que devíamos sacrificar um animal (uma cabeça de gado, fazer bebida local e dar algum dinheiro e tudo isto numa cerimónia a ser dirigida por mim na nossa árvore sagrada na minha casa, depois da cerimónia (kuphalha), far se- ia a festa de inauguração no local em que os presentes sem excepção deveriam comer e beber. Contudo, ninguém deveria levar nenhuma bebida ou comida para sua casa para não carregar consigo azar. Assim se cumpriu e os franceses deram- nos tudo de que necessitávamos. Fiz a cerimónia que contou com muitos convidados de Maputo e da administração central da vila”.

Quanto ao conteúdo das suas palavras no acto do kuphalha, disse- nos o seguinte:

” não fiz muita coisa, deitei um pouco de bebida com um pouco de rapé na árvore sagrada enquanto pronunciava as seguintes palavras: estejam conosco, não nos abandonem nesta iniciativa pois isto que está a ser inaugurado é para nós vossos filhos”.

Fora aos papéis ou funções já atrás descritos, em projectos e outras acções com a finalidade de promover o desenvolvimento comunitário, os chefes tradicionais, tem também a missão de mediar ou resolver problemas ou possíveis conflitos que possam possivelmente surgir nestes processos de desenvolvimento; quer entre os beneficiários destas iniciativas (a população) ou entre estes e os doadores; ou seja é da responsabilidade dos chefes tradicionais a criação e manutenção de um bom clima social para a boa implementação destas mesmas iniciativas em prol do desenvolvimento comunitário.

Silva Cossa, um dos conselheiros do régulo de facasissa, membro da linhagem dominante dos Cossa e também membro da comissão comunitária que trabalha em parceria com o projecto, a este respeito disse nos:

” são muito poucos os conflitos que se têm verificado neste projecto, tanto entre os beneficiários, ou entre estes e os doadores. Apesar disto, nós os membros da comissão temos instruções claras para que quando ocorram estas situações informemos ao mukhulo (régulo) para que este intervenha de modo a ajudar na solução do problema. A sensivelmente 5 meses atrás, ocorreu uma situação de roubo de uma cabeça de gado de uma família beneficiária do projecto. Depois de informada a situação á comissão, e esta por sua vez ao régulo, procurou- se com recurso a um adivinho, saber quem realmente teria sido autor daquele crime (roubo). Da consulta, ficou se a saber que o autor do roubo não era da comunidade e que a cabeça havia sido abatida e vendida algures em Xinavane, no distrito vizinho da Manhiça; como o régulo havia confirmado que a família não tinha sido culpada no sucedido, este comunicou a ocorrência junto ao projecto e e intercedeu junto a deste para que fosse novamente doado á família vitimada um animal reprodutor sem que esta se sujeitasse a algum pagamento, e realmente graças a intervenção dele se confirmou”.

Por sua vez, o régulo de Matchabuiane, a este respeito também informou- nos o seguinte:

"conflitos neste projecto são muito poucos, quando comparados com os que acontecem noutros, principalmente em projectos do tipo "comida pelo trabalho", pois aí ocorrem muitas injustiças (desvios de produtos, falsificação de identidades, por vezes chegamos ao ponto de aparecerem pessoas que não participaram a receber produtos em detrimento dos que trabalharam. Quanto a este projecto, só lembro-me de uma vez ter-me sido contactado por um conjunto de famílias que reclamavam o facto de nunca terem sido beneficiados pelo projecto; a braços com a situação e na qualidade de representante da comunidade, tive que reunir aquelas famílias e conjuntamente com os meus assessores e alguns membros das comissões comunitárias e expliquei-lhes que o projecto era rotativo e que em breve seriam abrangidos desde que satisfizessem as condições de base que o projecto exige para que se seja beneficiário. E assim ficou resolvida a questão. Tem também surgido casos de pequenas reclamações que se referem à assistência veterinária mas estes casos acabam lá nas comissões e nunca chegam directamente a mim como um problema. São "simples" rumores".

Com estas explanações, facilmente se depreende uma vez mais o papel de que se reveste a autoridade tradicional (chefes tradicionais) face aos processos de desenvolvimento comunitário.

Eles e seus assessores são uma vez mais chamados a participarem nestes processos, mas desta vez como apaziguadores, facilitadores e até eliminadores de contendas ou conflitos que possam provavelmente surgir no decorrer destas acções de desenvolvimento; ou seja: a autoridade tradicional (chefes tradicionais), também face aos processos de desenvolvimento comunitário, têm a responsabilidade de criar e manter uma organização no seio das suas comunidades de modo a atingir esse desenvolvimento; pois para o sucesso e correcta implementação destas iniciativas, require-se um mínimo de paz social.

8.5- RELAÇÃO ENTRE AS AUTORIDADES TRADICIONAIS, AS ONG's E O GOVERNO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Como acabamos de demonstrar nos pontos atrás desenvolvidos, os chefes tradicionais face aos processos ligados ao desenvolvimento comunitário, desenvolvem um conjunto de papéis ou funções "típicos" e "específicos" e que se adaptam ao novo contexto, que não são completamente "diferentes" nem sequer estranhos àquilo que são as suas "tradicionais" funções de modo a materializar este desenvolvimento aspirado, ou seja, aos seus "tradicionais" papéis, os chefes tradicionais, vão incorporar, inventar, e recriar novas práticas e papéis de modo a adequar ao novo contexto – do desenvolvimento comunitário.

O que no fundo acontece, é que há aqui uma reapropriação de competências "tradicionais" em contextos e objectivos "modernos" com motivações pragmáticas e numa relação de poder invertida (no sentido de que não é o seu direito "tradicional" sobre a terra que obriga a que se peça licença, mas a necessidade de eficiência de projectos avaliada como necessária por poderes reconhecidos como superiores – o chefe do posto

chama que se leve à operacionalização dos conhecimentos que aquele direito “tradicional” pressupõe).

Contudo, é importante ter em conta que que nestes processos com vista a melhoria do nível de vida das comunidades a que também podemos chamar de desenvolvimento comunitário. Esta autoridade tradicional não se relaciona ou interage somente com a população beneficiária destas iniciativas, mas também com aqueles que implementam estas iniciativas ou acções (ONG's e o governo).

Tal como no seu relacionamento com as comunidades que não tem sido linear e consensual, os chefes tradicionais no seu relacionamento com os que implementam estas iniciativas de desenvolvimento (ONG e o governo) também não tem sido linear ou consensual, ele é também marcado por conflitos e desentendimentos no seu quotidiano.

Apesar de muitas destas organizações que implementam estas iniciativas reconhecerem a importância que esta instituição desempenha nestes processos de desenvolvimento comunitário, eles também reconhecem que trabalhar com os chefes tradicionais não tem sido tarefa fácil.

No fundo, a grande dificuldade reside no facto de os chefes tradicionais, nestes processos de desenvolvimento comunitário, não agirem ou participarem apenas como simples parceiros que se contentam apenas com o bem-estar e desenvolvimento das suas comunidades; ou seja, em qualquer iniciativa ou tarefa que desempenham conjuntamente com uma ONG's ou outra instituição a fim de promover o desenvolvimento local, os chefes tradicionais exigem um pagamento, ou melhor, eles devem sempre sair com um determinado proveito ou lucro o que no fundo demonstra que eles próprios são parte interessada.

Este tipo de situações, coloca muitas das vezes a relação entre estes dois agentes do desenvolvimento em situação conflito ou até de desentendimento, pois muitas das vezes quando estas ONG's se implantam nas comunidades estas condições (pagamento ou remuneração dos chefes tradicionais em caso de coordenação em acções de desenvolvimento comunitário) ou não são informadas e por isso não tomadas em conta pelos implementadores, e também porque geralmente quando a administração local ou os chefes dos postos administrativos apresentam estas ONG's são bem claros, não fazem nenhuma alusão a nenhuma forma de pagamento a estes, pelo contrário a administração informa lhes que na sua qualidade de representantes do governo a nível local, eles (chefes tradicionais) tem o dever de trabalhar com estes organismos em todas as acções de desenvolvimento facilitando- lhes o máximo possível de modo a que tenham sucessos em suas iniciativas, desde que estas estejam devidamente licenciadas ou autorizadas pela administração local .

Com respeito a esta problemática, um dos nossos informadores, por sinal um funcionário do projecto em Facasissa, afirmou que:

"é extremamente difíci trabalhar com os órgãos locais (chefes tradicionais) aqui nesta zona, pois do topo até ao mais baixo, pela mais pequena coordenação que eles prestem querem uma certa remuneração seja ela em dinheiro ou em géneros; eles (régulo e seus assessores) não fazem nada sem exigir qualquer pagamento. O pior de tudo é que o projecto ou melhor os brancos (chefes do projecto) lá em Maputo não têm nada programado para o seu pagamento, eles sabem que eles participam incondicionalmente; mas quando estes chefes tradicionais já estão conosco no terreno, se não lhes damos alguma contrapartida ou sabotam as nossas iniciativas ou dão nos informações que não nos ajudam em nada".

Quanto ao tipo de contrapartida e pagamento por eles exigido, ele disse nos o seguinte:

" eles não exigem nada directamente; apenas dizem que por mais pequena e insignificante que seja eles recebem, pois mesmo quando trabalham com a comunidade, por qualquer coisa que fazem eles recebem pequenas ofertas". Uma vez, devido ao mau tempo que se fazia sentir (chuvas fortes), um camião nosso de grande tonelagem que trazia diverso material de trabalho enterrou se logo na entrada de Facasissa e como não tivéssemos máquinas nem pessoal suficiente para ajudar nos a retirá-lo, pedimos ao régulo para que mobilizasse um grupo de jovens em número de vinte para ajudar- nos a tirar o camião, ele fez isso em curto espaço de tempo e juntamente com ele fomos retirar o camião. A cada um dos jovens demos como gratificação 30 000 mt. Só que quando pensavamos que já estava tudo terminado, para o nosso espanto, ele também exigiu a sua parte que não seria certamente o mesmo valor recebido por cada jovem. Ao perguntarmos o que é que podíamos dar como gratificação pois já não tivéssemos mais dinheiro, respondeu que poderia ser um par de botas de borracha ou uma capa de chuva que os funcionários do projecto usam".

Por sua vez, outro dos nossos informadores, por sinal um extensionista veterinário do projecto na zona de Matchabuiane, também fala nos do mesmo problema da seguinte maneira :

" sempre que pedimos ajuda ao régulo e ao seus assessores para divulgarem informações tais como datas para para tratamentos colectivos dos animais entre outras, após a realização das jornadas sempre aparece sozinho a pedir uma certa recompensa e quando lhe informamos que não temos dinheiro, ele exige sempre qualquer coisa que tenhamos, disponível em nossos armazéns para lhe darmos pelo trabalho prestado, e muitas das vezes o que temos para lhe dar na nossa qualidade de técnicos veterinários são simplesmente alguns medicamentos para os seus animais e de borla, mas se um dia os chefes descobrem nós é que seremos expulsos e não eles, mas também é quase impossível trabalhar sem o apoio deles porque eles tem poder e controle sobre tudo, e sem o apoio deles não fazemos absolutamente nada".

Com recurso a estas passagens é perfeitamente perceptível que a relação entre s chefes tradicionais e as ONG que implementam os projectos de desenvolvimento comunitário nem sempre é linear e consensual. A maioria das vezes ela está marcada por desentendimentos e conflitos, e uma das causas deste desentendimento é o facto de em qualquer trabalho ligado ao desenvolvimento comunitário que estes chefes tradicionais

participam, exigirem sempre o pagamento de qualquer contrapartida, seja ela em bens ou dinheiro.

O que mais agudiza esta situação é que muitas das vezes as direcções destes projectos ou ONG's não têm conhecimento dessas cobranças pois nunca foram informados desde que os seus projectos foram implantados nas comunidades.

Contudo, os que estão no campo é que sofrem as consequências, pois isto tem também implicações práticas, pois para fazerem andar o seu trabalho necessitam infalivelmente da assistência destes chefes tradicionais.

Deste modo, é visível que os chefes tradicionais em processos de desenvolvimento comunitário agem situacionalmente e sempre em defesa daquilo que são os seus interesses; tentando sempre que possível através do uso do seu status, poder e influência arrecadar maiores benefícios do projecto em relação aos restantes beneficiários.

Quanto ao relacionamento destes chefes tradicionais com o governo, em processos com vista ao desenvolvimento comunitário, a situação é diferente. Os órgãos governamentais que trabalham com estes chefes tradicionais são as administrações dos distritos ou os postos administrativos.

Estes por sua vez são bem claros e directos quando se relacionam com os notáveis nestes processos de desenvolvimento. É a administração do distrito ou do posto administrativo na pessoa de seu chefe que tem a responsabilidade de licenciar e apresentar aos chefes tradicionais, todas as ONG's e outros organismos que pretendam levar a cabo iniciativas de desenvolvimento em locais sob a jurisdição dos chefes tradicionais.

Assim sendo, são poucos ou quase inexistentes os conflitos ou desentendimentos entre o governo localmente representado pela administração ou posto administrativo e os notáveis (chefes tradicionais) pois os primeiros dão ordens para serem cumpridas pelos outros. Outra constatação é a de que muitas vezes os chefes tradicionais aliam-se a administração pois um mau relacionamento com esta, em grande medida só pode afectar aos notáveis, pois até certo ponto estão sob o controle desta (administração).

Das conversas com ambos os régulos Facasissa e Matchabuiane, foi possível perceber que ambos mantêm uma relação bastante forte (no sentido positivo) com a administração local, quer face às suas "tradicionais" funções ou papéis para com as suas comunidades quer face às "novas" funções e papéis já referenciados, ou seja, a sua adequação às práticas e discursos do desenvolvimento comunitário.

Ambos mostram que quanto ao seu relacionamento com a administração local no contexto das acções de desenvolvimento, o que a Administração basicamente faz é apresentar-lhes os doadores e ditar as linhas básicas do seu relacionamento com eles, o resto é da tarefa dos notáveis (chefes tradicionais e seus assessores), pois a administração só intervém em caso em caso de conflito ou desentendimento, como o que aconteceu em

Matchabuine quando um projecto do tipo "comida pelo trabalho" financiado pelo PMA, não honrou devidamente os seus compromissos. O que a administração local fez foi por um certo período de tempo suspender as acções dessa organização naquela localidade. Mas em linhas gerais pode-se dizer que o relacionamento destes dois organismos (governo e chefes tradicionais) ao nível local, é no fundo de colaboração e de coordenação.

9- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da autoridade tradicional, apesar de ser uma problemática já bastante estudada e debatida no nosso contexto, (são vários os autores e obras que abordam esta problemática como pode-se constatar no capítulo da revisão bibliográfica), a sua associação ou combinação com a problemática do desenvolvimento e do desenvolvimento comunitário em particular é até certo ponto uma preocupação nova. São poucos os estudos por nós constatados que fazem esta associação.

Não nos foi possível fazermos generalizações, nem sequer chegar a conclusões definitivas acerca do tema a que nos propusemos a tratar, devido a constrangimentos tais como o tempo de permanência no terreno e por se tratar de um projecto de investigação de carácter exploratório. Por isso achamos que uma investigação futura poderia esclarecer alguns aspectos que não foram suficientemente aprofundados ou confirmar ideias avançadas aquando da efectivação deste trabalho.

Contudo, existem questões pertinentes relacionadas com o nosso objecto de estudo que merecem a nossa consideração; assim sendo, combinando a análise situacional proposta por Gluckman, e Van Valsen, com o método histórico de Boas como a nossa principal perspectiva teórica, de uma forma geral podemos dizer que os resultados do pré-inquérito (trabalho de campo) corroboram em grande medida com as hipóteses deste trabalho na medida em que constatamos que realmente há uma certa participação ou envolvimento dos chefes tradicionais em programas ou projectos de desenvolvimento comunitário; apesar de ser ainda uma participação em fase embrionária, no caso específico do nosso objecto de estudo, (o projecto de desenvolvimento pecuário na província de Maputo), esta participação resume-se fundamentalmente em aspectos tais como: sensibilização e mobilização das comunidades de modo a aderirem às iniciativas ou acções do projecto, indicação por parte dos chefes tradicionais dos locais e períodos para a construção de infra-estruturas do projecto, realização de sacrifícios para o sucesso das iniciativas do projecto, bem como de cerimónias de inauguração das infra-estruturas do Projecto, resolução de possíveis conflitos ou problemas que possam ocasionalmente aparecer no projecto, quer entre os beneficiários do mesmo, ou entre estes e os implementadores (doadores), e também coordenar e articular a participação de instituições tais como a administração local e outras instituições nas várias actividades relacionadas com o projecto.

O estudo mostra também que essa participação é percebida pelos chefes tradicionais como uma tarefa ou actividade que deve ser remunerada, ou seja, os chefes tradicionais, face a estes projectos, participam não só com o objectivo de fomentar o bem-estar e o desenvolvimento das suas comunidades, mas sobretudo tendo em conta os seus interesses pessoais e situacionais; daí que a sua participação nestas acções de desenvolvimento local seja muitas vezes condicionada ao pagamento de certas contrapartidas sejam elas em dinheiro ou outros bens.

O estudo também evidenciou a ideia de que as lógicas de funcionamento dos chefes tradicionais face a estas iniciativas de desenvolvimento comunitário no fundo repousam (baseiam-se) na adopção ou integração de novos papéis, funções, significações e sentidos a aquilo que são os seus “tradicionais” valores; ou seja aos seus “tradicionais” papéis ou funções, os chefes tradicionais vão incorporar um novo conjunto de papéis que lhes possibilitem participar em projectos de desenvolvimento comunitário, mas sem contudo pôr em causa aquilo que são os seus interesses. Ou seja agem situacionalmente e de acordo com os seus interesses manipulando e por vezes reactualizando as suas “tradicionais” normas ou regras de funcionamento.

Assim sendo, estamos de acordo com Bourdieu (1976) quando diz que as práticas sociais não são regidas por leis fixas. Se fosse o caso, teriam de ser inventadas num número infinito para acomodar a diversidade das práticas sociais.

Longe de se oporem, os “tradicionais” e os “novos” papéis dos chefes tradicionais, devem coexistir, combinar e adaptarem se a este novo desafio- o desenvolvimento comunitário.

Pensamos ser importante insistir sobre os seguintes aspectos:

- A questão da participação ou envolvimento da autoridade tradicional (chefes tradicionais) em programas ou projectos de desenvolvimento comunitário, é uma questão crucial, daí que mereça uma discussão mais ampla e abrangente.
- Talvez pelo facto desta instituição sócio- cultural e política (autoridade tradicional) ser a que ao nível local tem mais legitimidade e ligação com a população (comunidade), seja urgente aprofundarmos os nossos estudos para melhor conhecermos as formas de articulação e coordenação face a estas iniciativas de desenvolvimento local com as ONG's e os representantes locais do Estado (as administrações locais).
- Sempre que se abordar esta questão da participação dos chefes tradicionais em iniciativas de desenvolvimento local, tem que se ter sempre em conta o contexto cultural, bem como as “tradições” locais pois estes aspectos exercem uma determinada influência no tipo e forma de participação.

Como se pode depreender, ao insistirmos nos aspectos atrás referidos, não pretendemos de forma alguma menosprezar, reduzir ou simplificar o "rico" debate já existente em torno desta questão da Autoridade tradicional (chefes tradicionais), mas antes, enriquecê-lo ainda mais, através da integração e associação da mesma (autoridade tradicional), com problemas "actuais" da nossa sociedade tais como: o desenvolvimento comunitário, e a redução da pobreza.

10- BIBLIOGRAFIA

- Abrahamsson, H e Nilsson, A (1933) Moçambique em transição- Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974- 1992, Maputo, CEEI/ ISRI- PADIGRU.
- Artur, Domingos. R (ed) (1999) Tradição e modernidade. Que lugar para a tradição africana na governação descentralizada de Moçambique? Maputo, PDD, Ministério da Administração Estatal
- Balandier, George (1971) Sens et puissance, Paris, press universitaire de France.
- Birou, Allain (1982) Dicionário de ciências sociais, Lisboa. Publicações Dom Queixote.
- Boletim da República 1ª série nº 24 :Decreto nº 15/ 2000 de 20 de julho, Maputo, Imprensa Nacional.
- Bourdieu, Pierre (1976) "Marriage strategies as strategies of social reproduction: in Foster, Robert and Ranum, orest. Society, selection from the anales, economies societes, civilizations, Baltimore and London, the johons hopkins university press pp 117- 144.
- Casal, Adolfo (1996) Antropologia e desenvolvimento: As aldeias comunais de Moçambique. Lisboa :Instituto de Investigação Ciêntifica Tropical.
- Comissão sul (1991) O desafio ao sul: Relatório da comissão sul, Porto, Edições Afrontamento.
- Couto, Mia (2003) A fronteira da cultura, in revista espaço Africa Set/Nov- 2003.
- Chichava, J.A.C. (1999) Participação Comunitária e Desenvolvimento: O Caso Dos Grupos Dinamizadores em Moçambique, Maputo, Mlgraphics.
- De Castro, Ana Maria e Dias, E.Fernandes (org) (1992) Durkheim, Weber e Parsons. Introdução ao pensamento sociológico. S. Paulo

- Departamento de História da UEM (1988), História de Moçambique vol 1, Maputo, Faculdade de Letras.
- Forquilha, Salvador Cadete (2001) A participação dos régulos no processo de desenvolvimento rural, projecto de investigação, Local.
- Gaventa, J and Valderama, C (1999) Participation, citizenship and local governance. "Background note prepared for workshop on strengthening participation in local governance". London. Institute of development studies.
- Gluckman, Max (1987) "Análise de uma situação social na zulusândia moderna" in Feldman- Bianco, Bela (org), Antropologia das Sociedades Contemporâneas, S.Paulo:Global Universitária.
- Van Velsen, J (1987) "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado" in Feldman- Bianco, Bela (org), Antropologia das Sociedades Contemporâneas, S.Paulo: Global universitária
- ISAACMAN, Allen (1987) Régulos, diferenciação social e protexto rural: o regime da cultura forçada do algodão em Moçambique 1938- 1961, in revista internacional de estudos africanos nº 6/ 7 Lisboa .
- Lakatos, E e Marconi, M (1999) Sociologia geral, 7ª edição; São Paulo, atlas.
- Langa, A. J (2000) Processo de Legitimação do poder Tradicional no Regulado Luis na Cidade da Beira; dissertação de licenciatura, Local.
- Lundin, Iraê B.& Machava, Francisco (Edits). Autoridade e poder tradicional. 2 volumes . Maputo: MAE. Novembro de 1995 e Julho de 1998.
- Macie, Manuel (1987) Visões do poder em Moçambique- Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Myers, Gregors e West Harry (1992) Legitimidade política a nível local e a segurança da posse de terra em Moçambique, in revista extra nº- 10, Maputo.
- Munguambe, Amândio (2000) A Música Chope, Maputo, Promédia.

- Negrão, José (1998) Terra e desenvolvimento Rural em Moçambique – Maputo .
- Olivier de Sardan, J.P (1997), Anthropologie et development: Essai en socio- anthropologie du changement social, Paris, Karthala.
- Perfis de Desenvolvimento Distrital (1997) Distrito de Magude, Maputo, ACNUR/ PNUD.
- Portugal, Ministério do ultramar (1933) Reforma administrativa ultramarina, Ministério das colónias, Lourenço Marques, imprensa Nacional de Moçambique.
- Pretty, J et all (1995) A trining guide for participatory learning and action , London, international institute for environment and development.
- Roesch, Otto (1992) “ A reforma económica de Moçambique: notas sobre a estabilização, a Guerra e a formação de classes in arquivo nº- 11 pp 5-35
- Silva Benedito et all (1986) Dicionário de ciências sociais, Rio de Janeiro, editora da fundação Getúlio Vargas.
- Scott, J (1994) Power, critical concepts, London: Routledge
- Spiegel e Mcallister (1999) Que espaço para a tradição? in Relatório de desenvolvimento humano (1998), Maputo, PNUD.
- Tonnies, Ferdinand (1989) Comunidade e sociedade, in Cruz, M.Braga da, Teórias sociológicas. Os fundadores e os clássicos, vol 1, Lisboa, fundação Calouste Golbenkian.
- Turner, Victor (1957) Schism and Continuity in an African society: A study of Ndembu village life. Manchester , Manchester university press.
- Valá, Salim (1998) Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural- texto de apoio da brochura de “probemáticas de desenvolvimento” Maputo, Local.
- World bank (1995), World bank sourcebook. Environment department papers, participation series, Washington d.c.

- Wholfensohn, J. D (2000), "prefácio" in relatório sobre o desenvolvimento mundial 1999/ 2000, Washington: Banco mundial.

